ANÁLISE COMPARATIVA DAS PROPOSTAS DOS PARTIDOS POLÍTICOS - ELEIÇÕES 2025

CONTEÚDO

Comparação sintética das propostas 2

Educação Física escolar 2

Promoção da atividade física da população 2

Desporto federado e associativo 3

Desporto de alto rendimento 3

Saúde e bem-estar físico 4

Tendências comuns 5

Educação Física escolar (ensino básico e secundário) 6

Comparativo 8

Promoção da atividade física na população em geral 9

Comparativo 13

Políticas para o desporto federado e associativo 14

Comparativo 18

Apoio ao desporto de alto rendimento 19

Comparativo 22

Medidas de promoção da saúde e bem-estar relacionadas com o desporto 23

Comparativo 27

Análise Comparativa 29

Tópicos que vamos comparar 29

Como cada partido aborda cada tópico 30

Tendências que sobressaem 32

Lacunas comuns 32

Síntese 32

Conclusão 33

COMPARAÇÃO SINTÉTICA DAS PROPOSTAS

Educação Física escolar

PCP e PAN defendem a maior expansão da Educação Física, tornando-a obrigatória desde o pré-escolar/1.º ciclo com um mínimo de 3 aulas semanais de 50 minutos lecionadas por professores especialistas, bem como investindo em novas instalações desportivas.

BE e Livre propõem reforçar o Desporto Escolar, modernizar os espaços de prática e criar programas de parceria "Escola–Clube"; o BE destaca-se ao sugerir a figura/protocolo **"Mais Desporto, Melhor Escola"** para integrar clubes e escolas.

O PS mantém a carga horária atual, mas multiplica os recursos: implementa uma nova abordagem de *literacia motora* nas primeiras idades (6–10 anos) e alarga as UAARE (Unidades de Apoio ao Alto Rendimento na Escola) no básico e secundário, facilitando a conciliação entre estudos e treino de jovens atletas.

A AD integra a Educação Física numa estratégia global de **"Desporto para Todos"**, articulada com clubes e autarquias, mas sem fixar metas horárias específicas (focando-se antes em aumentar a prática desportiva nas escolas via iniciativas coordenadas.

O CHEGA propõe reformas institucionais em vez de alterações curriculares: quer **reformular o Programa Estratégico do Desporto Escolar** e atualizar o Estatuto do Estudante-Atleta, sinalizando preocupação com a articulação entre estudo e prática desportiva, mas não define um aumento concreto do tempo letivo de Educação Física.

A IL não apresenta medidas curriculares para Educação Física, distinguindo-se pelo silêncio neste domínio – a sua visão liberal confia na iniciativa individual e da sociedade civil em vez de intervenções diretas no desporto escolar.

Promoção da atividade física da população

AD e PS lançam planos nacionais ambiciosos com metas quantificadas para reduzir o sedentarismo e aumentar os praticantes (por exemplo, o PS ambiciona **1 milhão de federados até 2030**), criando também observatórios ou estruturas de coordenação interministerial para implementar e monitorizar essas políticas.

PCP e BE privilegiam o apoio ao associativismo de base: o BE propõe consignar **1% do Orçamento do Estado** ao Desporto, reforçando o financiamento público especialmente a clubes e federações com menos recursos, e o PCP defende um aumento maciço dos apoios do Estado aos clubes populares, assegurando o *direito ao desporto para todos* consagrado na Constituição.

O Livre pretende atualizar a Lei de Bases do Desporto incorporando a promoção da "literacia física ao longo da vida" e prevê programas nacionais de certificação de boas práticas na formação, numa lógica de estimular a atividade física desde a infância até à terceira idade.

O PAN insere explicitamente o exercício físico nas políticas de saúde pública, propondo que a atividade física seja prescrita pelos médicos de família e integrando profissionais de exercício nos centros de saúde, aproximando a luta contra o sedentarismo do âmbito clínico e preventivo.

O CHEGA aposta sobretudo em incentivos diretos: prevê **campanhas nacionais** de sensibilização e incentivos fiscais (redução do IVA em artigos e serviços desportivos, maior

dedução de despesas com ginásios, benefícios fiscais a empresas que promovam a atividade física) para estimular a prática desportiva na população geral.

A IL, por sua vez, não define uma estratégia populacional ampla – limita-se a algumas medidas pontuais, como incentivos fiscais ao desporto adaptado, ficando aquém de qualquer plano nacional de combate ao sedentarismo.

Desporto federado e associativo

Há convergência entre PS, PCP, BE e Livre quanto a aumentar o financiamento público ao setor, mas divergem nos instrumentos propostos. O PS propõe reforçar os contratos-programa com as federações e valorizar o estatuto do dirigente desportivo voluntário (para atrair mais agentes), enquanto o PCP propõe **revogar o atual regime jurídico das federações** (imposto pelo governo anterior) para restaurar a autonomia do movimento associativo desportivo.

O BE quer medidas de controlo democrático nas entidades desportivas, como a regra **"50+1"** que garante aos sócios a maioria do capital nas sociedades desportivas, e preconiza o orçamento de 1% do OE para apoiar particularmente modalidades menos mediáticas.

O Livre defende um financiamento mais equitativo entre modalidades, chegando a sugerir redistribuir verbas de acordo com necessidades de cada desporto e profissionalizar os quadros técnicos dirigentes nas federações.

A AD foca-se na modernização institucional: pretende atualizar a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto e ativar conselhos municipais de desporto para coordenação local, fomentando um alinhamento estratégico entre clubes, federações e autarquias.

O CHEGA também enfatiza reformas legislativas e de integridade: propõe rever a Lei de Bases para **reformar o modelo de financiamento do desporto** e promover o desporto feminino como prioridade nacional, ao mesmo tempo que defende a *verdade desportiva* nas competições – incluindo **medidas anticorrupção** e a polémica proibição de atletas transgénero em categorias femininas – visando garantir equidade nas modalidades segregadas por sexo. Adicionalmente, o Chega quer atualizar os estatutos de Mecenato Desportivo e do Dirigente Voluntário, aumentar o apoio à reabilitação de instalações (PRID) e isentar de impostos a aquisição de veículos adaptados por federações de desporto adaptado.

A IL concentra-se precisamente nesse nicho do desporto adaptado, propondo isenções de IVA e ISV para veículos de associações de desporto para pessoas com deficiência e o reconhecimento dos guias de atletas paralímpicos como agentes desportivos com plenos direitos – medidas focadas, mas limitadas a este setor.

O PAN não apresenta reformas estruturais para o desporto federado; o seu programa é omisso quanto a apoio financeiro a federações ou clubes, contrastando com os restantes partidos que detalham agendas para fortalecer o associativismo desportivo.

Desporto de alto rendimento

Praticamente todos os partidos, exceto IL e PAN, assumem compromissos para potenciar o desporto de elite nacional, embora com diferentes ênfases.

O PS planeja **aumentar em pelo menos 25%** os valores das bolsas de preparação olímpica e paralímpica rumo a Los Angeles 2028, além de continuar a expansão das UAARE para apoiar estudantes-atletas em mais níveis de ensino.

O PCP exige um financiamento público plurianual robusto para o alto rendimento, integrando a medicina desportiva no SNS e garantindo proteção social aos atletas após o fim da carreira competitiva.

O BE propõe melhorar os rendimentos dos atletas olímpicos e paralímpicos (por via de bolsas ou prémios) e subsidiar as deslocações internacionais de competidores de alto nível de modalidades menos suportadas.

O Livre preconiza equalizar os apoios estatais entre todas as modalidades (reduzindo o fosso entre futebol e as restantes), reforçar os mecanismos de anti-dopagem e condicionar a realização de grandes eventos desportivos em Portugal ao respeito pelos direitos humanos.

A AD promete **"um novo modelo de apoio"** aos atletas de alto rendimento, com foco especial nos atletas-estudantes e na *dupla carreira* (conciliar desporto e estudos/trabalho) , embora sem quantificar valores de apoio no seu programa; destaca ainda o papel do alto rendimento em inspirar os jovens para estilos de vida ativos.

O CHEGA alinha-se com os partidos que reforçam o investimento financeiro: propõe **aumentar efetivamente e de forma estruturada o financiamento dos programas olímpico e paralímpico**, já com atenção à preparação pós-Paris 2024 para Los Angeles 2028. Tal medida coloca o Chega em sintonia com PS, PCP, BE e Livre na priorização dos resultados internacionais. Além disso, à semelhança da AD, o Chega valoriza a conciliação entre estudo e competição, ao atualizar o Estatuto do Estudante-Atleta para melhorar o enquadramento dos jovens talentos desportivos nos seus percursos académicos.

Por outro lado, nem o Chega nem a AD detalham novas medidas específicas de ética desportiva neste âmbito (como antidopagem), ao contrário do PS e Livre que enfatizam a integridade nas competições.

A IL limita-se a clarificar a isenção fiscal das bolsas de formação desportiva de atletas não profissionais e a propor melhorias pontuais para atletas com deficiência, não contemplando apoios aos atletas olímpicos convencionais.

O PAN permanece silencioso sobre o alto rendimento – não há no seu programa menção a bolsas, fundos ou planos para atletas de elite, priorizando antes o desporto de base e a atividade física geral como forma indireta de gerar talentos.

Saúde e bem-estar físico

O PAN lidera na integração entre políticas de saúde e desporto, propondo uma verdadeira *prescrição do exercício*: que os médicos de família passem a **prescrever atividade física** nas consultas e que os centros de saúde contratem **profissionais de exercício físico** para implementar programas dirigidos (por exemplo, para doentes crónicos ou idosos). São medidas inovadoras que posicionam a atividade física como parte do Serviço Nacional de Saúde.

O PCP também explicita o desporto como questão de saúde pública, defendendo a criação de uma rede de medicina desportiva no SNS e a promoção do exercício físico nos locais de trabalho, de modo a combater sedentarismo e melhorar a saúde dos trabalhadores.

A AD associa o seu plano "Desporto para Todos" a objetivos de saúde: menciona reduzir a obesidade infantil e outras doenças associadas ao sedentarismo através de políticas concertadas entre setores (ativando, por exemplo, uma comissão intersectorial entre saúde, educação, autarquias, etc.).

O PS foca-se em garantir ambientes desportivos seguros e inclusivos – reforça o combate à dopagem, à violência e abusos no desporto, bem como a inclusão de grupos minoritários –, entendendo que essas condições são fundamentais para o bem-estar físico e mental de praticantes e comunidade.

O BE destaca os benefícios do desporto para a saúde física e mental e propõe requalificar infraestruturas comunitárias para assegurar que a população tenha acesso a espaços adequados para atividade física, além de insistir em medidas anti violência e antidiscriminação no desporto de modo a torná-lo acolhedor para todos.

O Livre explicita a **promoção da saúde física e mental** como objetivo central na revisão da Lei de Bases do Desporto que propõe, garantindo que as políticas desportivas sejam avaliadas também pelo seu contributo para a saúde pública; advoga igualmente programas de *literacia física* ao longo da vida, reforçando o elo entre educação, exercício e bem-estar contínuo desde a infância até à terceira idade.

O CHEGA aborda a relação entre desporto e saúde sobretudo de forma indireta. Ao promover a atividade física através de campanhas e incentivos, espera reduzir o sedentarismo e problemas dele decorrentes (como a obesidade), embora não apresente programas de saúde específicos orientados pelo Estado nessa matéria. O Chega contribui também para o bem-estar nos espetáculos desportivos ao propor rever a lei contra a violência, racismo e intolerância nos estádios, visando melhorar a segurança de adeptos e agentes desportivos. No entanto, o seu programa não inclui medidas de integração do exercício nos serviços de saúde nem referências à medicina desportiva, contrastando com a abordagem preventiva e clínica de PAN e PCP.

A IL, por fim, pouco menciona o bem-estar físico: limita-se a sublinhar que o **desporto adaptado** é um fator de inclusão social para pessoas com deficiência, mas não traz iniciativas para usar o desporto como ferramenta de saúde pública em sentido amplo.

TENDÊNCIAS COMUNS

Verifica-se um consenso alargado de que o desporto é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento social e o bem-estar.

Todos os partidos – à exceção da IL – pretendem reforçar o **Desporto Escolar** e a presença da Educação Física na formação das crianças, ainda que com graus diferentes de ambição (desde simplesmente melhorar programas até torná-la obrigatória no 1.º ciclo).

Quase todas as forças políticas (salvo IL e PAN) propõem aumentar o **financiamento público** tanto do desporto federado como do alto rendimento; divergem sobretudo na magnitude (por ex., 1% do OE no caso do BE) e nos critérios de alocação (fundos orientados para modalidades menos mediáticas, para clubes de base, para prémios de atletas, etc.).

É nítido em muitos programas o valor atribuído a princípios de **igualdade, inclusão e ética** no desporto: promoção do desporto feminino, inclusão de pessoas com deficiência, combate à corrupção, dopagem e violência aparecem recorrentemente.

Por fim, nota-se uma convergência na ideia de que aumentar a prática desportiva da população resultará em ganhos de saúde – mas os caminhos para atingir esse fim divergem: alguns

apostam numa via clínica e institucional (caso do PAN, integrando exercício nos cuidados de saúde), outros na educação e trabalho (PCP, através da escola e empresas), outros em **campanhas e coordenação intersectorial** (AD, Livre e, em certa medida, Chega), ou ainda em garantir que o ambiente desportivo seja seguro e atrativo para todos (PS, BE).

Em suma, apesar de diferenças ideológicas e de enfoque, todas as propostas partem do mesmo princípio base: **o desporto é fundamental para uma sociedade mais saudável, ativa e coesa**, devendo as políticas públicas criar condições para que a atividade física e o desporto sejam acessíveis a toda a população.

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR (ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO)

AD (Aliança Democrática) – Reconhece a necessidade de melhorar os níveis de atividade física dos jovens em idade escolar. No seu programa eleitoral a AD propõe-se a implementar uma estratégia nacional **"Desporto para Todos"** que inclui ações segmentadas por grupos, nomeadamente direcionadas ao *desporto em idade escolar*, em coordenação com a comunidade educativa. Embora não detalhe um aumento de aulas curriculares de Educação Física, a AD defende incrementar significativamente a prática desportiva nas escolas através de iniciativas articuladas – por exemplo, **colaboração entre escolas, clubes e autarquias** – integrando o Desporto Escolar no desenvolvimento desportivo local. Essa abordagem sugere privilegiar projetos extracurriculares e de parceria, em vez de alterações à carga horária formal da disciplina.

PS (Partido Socialista) – Coloca a Educação Física e o Desporto Escolar como prioridades nos primeiros anos de ensino. O PS propõe *"uma nova abordagem de literacia motora nas primeiras idades escolares (6–10 anos)"*, para que as crianças desenvolvam competências motoras básicas logo no 1.º ciclo do básico, e defende o aumento do investimento no Desporto Escolar visando criar bases sólidas de hábitos de vida saudáveis. O programa socialista indica também a intenção de **expandir as UAARE (Unidades de Apoio ao Alto Rendimento na Escola)**, alargando a atual rede (predominantemente no ensino secundário) ao ensino básico e, futuramente, ao superior. Estas unidades permitem a jovens atletas conciliar os estudos com treinos e competições, pelo que a sua expansão revela a preocupação do PS em não perder talentos desportivos por incompatibilidades com a vida escolar. Em suma, o PS mantém a estrutura curricular de Educação Física, mas reforça os recursos e programas de apoio: aposta simultaneamente na *universalização da atividade física* (literacia motora para todos) e no *apoio direcionado a talentos* (UAARE), indicando uma política educativa abrangente no desporto escolar.

CHEGA – O programa do Chega não explicita alterações à carga horária nem introdução da Educação Física em novos ciclos de ensino, diferenciando-se assim dos partidos que querem EF no 1.º ciclo. Em vez disso, foca-se em medidas estruturais: propõe **reformular o Programa Estratégico do Desporto Escolar**, o que sugere reorganizar e melhorar as atividades desportivas oferecidas nas escolas e a articulação com o Ministério da Educação. Também defende **atualizar o Estatuto do Estudante-Atleta**, visando facilitar a vida escolar de jovens desportistas (por exemplo, através de regimes especiais de assiduidade ou apoio pedagógico) e incentivar os alunos a conciliaren o sucesso académico com a prática desportiva de competição. Embora faltem detalhes no programa sobre como seria a reformulação do Desporto Escolar, estas propostas indicam que o Chega valoriza o desporto no meio escolar sobretudo enquanto meio de *detectar e apoiar talentos* e de *melhorar a gestão* das atividades já existentes, em vez de expandir a disciplina de EF no currículo.

IL (Iniciativa Liberal) – Não apresenta medidas específicas relativas à disciplina de Educação Física no ensino básico ou secundário. O programa da IL para a educação destaca sobretudo temas como a autonomia das escolas, a melhoria da qualidade de ensino e a liberdade de escolha educativa, porém **não faz referência explícita ao reforço da Educação Física escolar**. Essa ausência de propostas concretas neste domínio distingue a IL dos demais partidos, quase todos os quais delineiam alguma intervenção para aumentar ou valorizar a prática desportiva nas escolas. Pode inferir-se que, para a Iniciativa Liberal, as políticas públicas de desporto escolar não são prioritárias, confiando talvez que a dinamização dessa área caiba às iniciativas dos próprios estabelecimentos de ensino ou associações juvenis, sem intervenção governamental adicional.

PCP (Partido Comunista Português) – Advoga o **direito à Educação Física ao longo de toda a escolaridade** como parte integrante do direito constitucional ao desporto para todos. Propõe a implementação urgente da Educação Física em todas as escolas do 1.º ciclo do básico e mesmo no pré-escolar, o que na prática significa introduzir aulas de EF desde os jardins de infância e nos quatro primeiros anos de escolaridade, onde hoje não são obrigatórias. Para tal, o PCP defende a construção ou requalificação de instalações desportivas adequadas nas escolas e a disponibilização de recursos pedagógicos suficientes, incluindo atenção a alunos com necessidades educativas especiais. Complementarmente, pretende o **alargamento generalizado do Desporto Escolar** em todas as escolas, concebido como atividade de complemento educativo orientada por profissionais qualificados, com forte participação dos jovens na sua organização. Na visão comunista, o Desporto Escolar deve ser massificado e valorizado como parte integrante do processo formativo. Essas propostas, presentes no programa eleitoral do PCP (ver p.84 do documento) e referenciadas no seu *Compromisso Eleitoral 2025*, visam garantir que a Educação Física tenha um papel central e de qualidade em todos os níveis de ensino básico e secundário, combatendo as insuficiências atuais – nomeadamente a falta de atividade física nas idades mais jovens e a desigualdade de acesso a práticas desportivas em contexto escolar. Em síntese, o PCP propõe **mais aulas, melhores instalações e mais professores especializados**, de forma que nenhuma criança fique privada de atividade física orientada na escola desde cedo.

BE (Bloco de Esquerda) – Propõe **fortalecer o Desporto Escolar e a disciplina de Educação Física** através de um conjunto de medidas integradas. O Bloco defende a *"capacitação do Desporto Escolar e dos seus docentes"*, o que inclui aumentar a dotação orçamental do programa de Desporto Escolar, modernizar os espaços de atividade física nas escolas públicas (ginásios, campos, equipamentos) e conceder apoios específicos aos **professores de Educação Física** responsáveis por essas atividades. Uma proposta inovadora do BE é a criação da figura jurídica **"Mais Desporto, Melhor Escola"**, que consiste num protocolo entre cada escola e os clubes desportivos locais, reconhecendo formalmente a importância do desporto no meio escolar e o trabalho dos professores de EF e treinadores que muitas vezes partilham os mesmos alunos-atletas. Esse protocolo visaria, por exemplo, otimizar os horários de treinos e aulas dos alunos praticantes, facilitando a sua participação em competições sem prejudicar o desempenho escolar. O BE quer ainda incluir as associações de profissionais de Educação Física (como o Conselho Nacional de Associações de Profissionais de Educação Física e Desporto e a Sociedade Portuguesa de Educação Física) no **Conselho Nacional do Desporto**, para que estes docentes e especialistas tenham voz na definição das políticas desportivas nacionais. Tais medidas refletem uma abordagem abrangente: **melhorar as condições da educação física nas escolas (mais meios, mais investimento, mais reconhecimento)** e **articulá-la com o movimento associativo local**, de modo a criar uma rede contínua entre a escola e o clube, potenciando o desenvolvimento desportivo dos jovens. Ao mesmo tempo,

sublinha-se o respeito pelas especificidades pedagógicas da Educação Física, dando mais autoridade e apoio aos seus professores.

Livre – Valoriza explicitamente a Educação Física escolar como base para uma cidadania ativa e saudável. O Livre propõe *"reforçar a participação de qualidade e equitativa"* na disciplina de Educação Física e no Desporto Escolar, entendendo-os como fundamentais para desenvolver **hábitos de vida ativos** desde a infância e para exercer a cidadania (por via do trabalho em equipa, fair play, etc.). Uma ênfase particular do partido Livre é na **igualdade de género** na prática desportiva escolar, propondo medidas para assegurar equidade de participação entre raparigas e rapazes nas atividades físicas e desportivas promovidas pela escola. Defende também investir na construção e modernização de instalações desportivas de uso público, incluindo as integradas no espaço escolar, e em estabelecer **parcerias entre municípios, escolas, associações e clubes** de modo a ampliar a oferta de formação desportiva de qualidade nas comunidades locais. Ou seja, o Livre quer que a escola seja um ponto de partida, mas ligado à comunidade: a modernização das infraestruturas e a cooperação com autarquias e coletividades visam que os alunos possam praticar desporto dentro e fora da escola de forma contínua. Em suma, as propostas do Livre neste domínio centram-se em **inclusão e qualidade**: garantir que todos os alunos, independentemente do género ou condição, tenham acesso a uma Educação Física bem orientada e com recursos, e que a escola sirva de trampolim para uma vida fisicamente ativa, em conexão com programas comunitários.

PAN (Pessoas–Animais–Natureza) – Apresenta das propostas mais robustas para o 1.º ciclo do ensino básico, visando integrar a EF desde as idades iniciais. O PAN propõe **garantir no mínimo 3 aulas semanais de 50 minutos de Educação Física em cada ano do 1.º ciclo**, equiparando assim a carga horária das crianças de 6–9 anos à dos restantes ciclos do Ensino Básico. Essa medida significaria introduzir a EF como componente regular logo nos primeiros anos escolares. Para concretizá-la com qualidade, o PAN defende **professores especializados** em Educação Física em todos os ciclos de ensino, inclusive no 1.º ciclo – ou seja, que os professores generalistas do 1.º ciclo passem a ser coadjuvados por docentes especialistas em EF, com atribuição de horas específicas para esse fim. O partido quer ainda impedir que as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) – ofertas extracurriculares no 1.º ciclo – sejam usadas indevidamente para substituir a Educação Física curricular, assegurando que esta tenha um tempo próprio e obrigatório no horário (tanto no pré-escolar quanto no 1.º ciclo). Outra proposta é integrar os recursos das escolas com as estruturas desportivas da comunidade, **permitindo que qualquer estudante tenha acesso a formação desportiva extraescolar** em clubes ou projetos locais, complementando o ensino formal. O PAN valoriza também "o desporto saudável e o fair play em todas as dimensões da educação", indicando preocupação em inculcar desde cedo princípios éticos e hábitos salutares. Em suma, o PAN foca-se em **institucionalizar a Educação Física desde os primeiros anos**, aumentando a carga horária obrigatória, colocando especialistas nas escolas primárias e ligando a escola à comunidade. Com essas iniciativas, pretende formar crianças mais ativas e combater logo na infância o sedentarismo e a obesidade, numa visão preventiva de longo prazo.

Comparativo

No âmbito do desporto escolar, quase todos os partidos concordam em reforçar a Educação Física, seja tornando-a presente mais cedo ou dotando-a de melhores meios, com a **exceção da IL** que nada propõe. PCP, PAN, BE e Livre destacam-se pelas propostas mais expansivas e concretas. O **PAN** vai além de todos ao fixar expressamente uma carga horária mínima no 1.º ciclo (3×50'/semana) e exigir professores especializados nesse nível, o que representa uma mudança estrutural no sistema atual. **PCP** e **BE** enfatizam fortemente o investimento público: o PCP quer infraestruturas e pessoal qualificado para garantir o direito universal ao desporto

escolar, incluindo a EF no pré-escolar, enquanto o BE foca o apoio financeiro e institucional (fundo "Mais Desporto, Melhor Escola", integração de docentes de EF nos órgãos de decisão) para valorizar a disciplina. **PS** e **AD** reconhecem a importância da atividade física escolar, mas concentram-se mais em **programas complementares** – o PS nas UAARE e literacia motora (priorizando conciliar estudo e treino sem mexer na carga horária regular), e a AD em projetos de *Desporto para Todos* articulados com clubes e municípios. Ambos, portanto, focam-se em facilitar a prática desportiva no ambiente escolar e em torno dele, mas **sem alterar o currículo base**. O **Livre** e o **BE** também convergem na ideia de integrar escola e clube (parcerias "Escola–Clube"), aproximando o ensino formal do associativismo local; o PCP igualmente partilha essa visão ao expandir o Desporto Escolar e levar a EF até ao pré-escolar, criando um percurso contínuo. No polo oposto, a **IL** fica isolada ao **não apresentar medida nenhuma** para a EF escolar, contrastando com o consenso dos demais em reforçar esta componente – seja via mais aulas, melhores condições ou novos programas. O **Chega**, embora aborde o desporto escolar, falo de forma mais vaga: advoga reformular o programa de Desporto Escolar e o estatuto do estudante-atleta, posicionando-se próximo da AD e PS ao **não** propor mudanças na carga letiva, mas diferindo por salientar a integridade competitiva (dual carreira) em vez de metas gerais de participação. No geral, percebe-se que há acordo transversal em que a escola deve incentivar a atividade física – divergindo apenas no **quão cedo e de que forma** isso deve acontecer.

PROMOÇÃO DA ATIVIDADE FÍSICA NA POPULAÇÃO EM GERAL

AD (Aliança Democrática) – Adota uma estratégia nacional abrangente para aumentar a atividade física de toda a população, assente em metas claras e numa governação coordenada. O programa da AD define objetivos quantificáveis, como "diminuir o nível de obesidade infantil e excesso de peso", "reduzir a percentagem da população sedentária" e "aumentar a prática de atividade física e desportiva da população" ao longo da legislatura. Para cumprir essas metas, a AD propõe implementar um **Plano Estratégico para a Atividade Física e o Desporto**, com um modelo de coordenação intersetorial inovador envolvendo as áreas do bem-estar e da saúde. Essa coordenação sugere a atuação conjunta de vários ministérios (Saúde, Educação, Autarquias, etc.) sob uma mesma estratégia. A AD destaca ainda a necessidade de **segmentar as políticas de promoção da atividade física por população-alvo**: por exemplo, prevê ações específicas de **desporto sénior**, desporto para a família, promoção do desporto feminino, inclusão de pessoas com deficiência na prática, programas para o contexto laboral/empresarial, além do já referido desporto em idade escolar. Também tenciona identificar novas tendências desportivas emergentes (novas modalidades ou formas de exercício) para desenvolver programas de participação inovadores, bem como fomentar a colaboração entre agentes desportivos, escolas e outros intervenientes para estratégias integradas de desenvolvimento do desporto. Em suma, a AD assume uma abordagem estruturada de **"Desporto para Todos"** a nível nacional: estabelece **metas numéricas** de redução do sedentarismo, prevê **ações direcionadas** a diversos grupos da sociedade e cria **mecanismos de coordenação** (como conselhos municipais de desporto e uma comissão interministerial) para garantir a implementação eficaz em todo o território. É uma visão que conjuga orientações centrais com execução descentralizada, envolvendo múltiplos atores na promoção de estilos de vida ativos.

PS (Partido Socialista) – Pretende fomentar a atividade física de forma generalizada através de objetivos ambiciosos e políticas integradas. O PS estabelece, no seu compromisso para 2030, a meta de atingir **1 milhão de praticantes desportivos federados**, correspondentes a 10% da população, o que implicaria um grande aumento da base de participação desportiva no país.

Embora esta meta se refira a federados (isto é, inscritos em federações desportivas), ela reflete indiretamente o propósito de elevar significativamente os níveis de prática desportiva da população em geral. Para orientar estas mudanças, o PS propõe elaborar um **plano estratégico plurianual de desenvolvimento desportivo** que inclua ações transversais: promoção da igualdade de género no acesso ao desporto, incentivo ao desporto adaptado para pessoas com deficiência, e defesa da integridade nas atividades desportivas (assegurando ambientes desportivos acolhedores e livres de violência ou fraude). Este plano funcionaria como roteiro para múltiplos setores. O PS planeia igualmente criar um **Observatório do Desporto e da Atividade Física**, reunindo academia, entidades desportivas e administração pública, com o objetivo de recolher dados e avaliar políticas multissetoriais que incentivem a atividade física. Esse observatório permitiria monitorizar a evolução dos indicadores (sedentarismo, prática regular, etc.) e informar decisões fundamentadas. Além destas iniciativas, o PS aposta em campanhas de literacia e inclusão: por exemplo, *promove a literacia motora nas crianças* (conforme referido no domínio da educação física) e reforça o desporto escolar, entendendo que hábitos ativos começam na infância e perduram pela vida fora. Em geral, o PS combina **campanhas de base alargada** (metas nacionais, observatório, planos estratégicos) com medidas de **inclusão e igualdade** para tornar a prática desportiva acessível a mais pessoas. A estratégia socialista é, portanto, dual: por um lado, fixar objetivos mensuráveis de participação e criar estruturas de acompanhamento; por outro, garantir que grupos sub-representados (mulheres, pessoas com deficiência, minorias) sejam especialmente contemplados nas políticas, diminuindo barreiras sociais ao exercício.

CHEGA – O Chega apresenta a promoção da atividade física como um **desígnio nacional**, apostando em medidas de incentivo para mobilizar a sociedade. Uma das principais propostas é **estimular a prática de atividade física através de campanhas nacionais** de sensibilização, que informem os cidadãos sobre os benefícios do exercício e incentivem estilos de vida ativos . Complementando a vertente educativa das campanhas, o Chega propõe um conjunto de **incentivos fiscais** para facilitar o acesso ao desporto: por exemplo, **reduzir o IVA** na aquisição de equipamento e serviços desportivos (tornando ginásios, atividades e material desportivo mais baratos para os praticantes), **aumentar a dedução fiscal** das despesas com ginásios até 45% (atualmente menor) e elevar o montante máximo dedutível até 500 euros. Prevê ainda atribuir **benefícios fiscais a empresas** que promovam e implementem programas de atividade física junto dos seus trabalhadores, incentivando assim a criação de ginásios corporativos, aulas de grupo no trabalho ou outras iniciativas de promoção da saúde ocupacional. Ao incidir na via fiscal, o Chega procura remover barreiras económicas à prática desportiva e motivar tanto os indivíduos quanto entidades privadas a envolverem-se. Note-se que o Chega não define metas numéricas nacionais (como percentagens de ativos ou reduções exatas de sedentarismo), nem cria observatórios ou planos interministeriais; a sua abordagem privilegia instrumentos **financeiros e comunicacionais** para induzir mudanças de comportamento. Em resumo, para o Chega cabe sobretudo aos cidadãos, famílias e empresas aderirem mais ao desporto, cabendo ao Estado **facilitar** esse processo – baixando custos, dando incentivos e lançando campanhas inspiradoras –, vendo o aumento da atividade física como resultado de uma soma de decisões individuais estimuladas por políticas favoráveis.

IL (Iniciativa Liberal) – Não apresenta um plano amplo de promoção da atividade física junto da população, destoando dos restantes partidos neste capítulo. A IL, fiel à sua matriz ideológica, tende a privilegiar a iniciativa individual e da sociedade civil em matéria de estilos de vida, pelo que o seu programa não inclui metas nacionais de combate ao sedentarismo nem programas estatais de incentivo generalizado ao exercício. A única área em que a IL intervém indiretamente é no **desporto adaptado**: reconhece a importância de remover barreiras fiscais para inclusão das pessoas com deficiência na prática desportiva (conforme detalhado adiante

no âmbito federativo). Além disso, valoriza os **e-sports** (desportos eletrónicos), propondo o enquadramento legal das competições e dos jogadores profissionais de videojogos – o que, embora seja uma iniciativa no panorama do desporto de competição, **não implica atividade física** tradicional. Assim, no que toca à promoção direta da atividade física da população, a IL demarca-se pela **ausência de políticas públicas específicas**. Possivelmente confia no papel dos indivíduos e de organizações privadas (empresas de fitness, clubes, etc.) para impulsionar o exercício na sociedade, evitando programas governamentais que poderiam ser vistos como paternalistas. Esta postura deixa a IL praticamente isolada, já que todos os outros partidos apresentam algum tipo de intervenção pública para aumentar a prática desportiva entre os portugueses.

PCP (Partido Comunista Português) – Defende o princípio constitucional de "**Desporto para todos**" e propõe políticas ativas do Estado para concretizá-lo. O PCP quer implementar um **plano de desenvolvimento desportivo nacional** que assegure o direito de todos os cidadãos à atividade física regular, independentemente da sua condição socioeconómica. Uma pedra angular da abordagem comunista é o **apoio massivo aos clubes e associações desportivas de base popular**, reconhecendo o papel insubstituível do movimento associativo na democratização do desporto. Na prática, isto traduz-se em aumentar significativamente os subsídios públicos para as coletividades locais (clubes recreativos, associações juvenis, etc.) que oferecem modalidades desportivas, de forma que estas possam envolver mais praticantes de todas as idades e classes sociais. O PCP sublinha a necessidade de remover barreiras económicas à prática: com mais apoio estatal, espera-se que as quotas e custos para os utentes sejam menores ou mesmo gratuitos em certas atividades, ampliando o acesso. Outra proposta marcante é **revogar o regime jurídico das federações desportivas imposto recentemente** e substituí-lo por outro que devolva maior autonomia ao movimento desportivo e favoreça a participação de base. Essa medida, embora inserida na esfera federativa, tem impacto na promoção de base, pois o PCP entende que a excessiva mercantilização/empresarialização do desporto (por via das SAD e intervenções governamentais anteriores) prejudicou a universalização da prática. No elenco de medidas do PCP inclui-se também a **valorização dos recursos humanos desportivos**: promoção da formação de treinadores, monitores e outros técnicos com qualificação, para melhorar a oferta desportiva em todo o país. Adicionalmente, defende o **apoio à investigação científica** aplicada ao desporto para orientar o desenvolvimento de políticas baseadas em evidências e avaliar impactos das mesmas. Tudo isto indica uma estratégia informada e sustentável para aumentar a atividade física. Em resumo, o PCP advoga um **forte investimento público e comunitário** para que a prática desportiva seja verdadeiramente universal: passa por **reforçar clubes locais, infraestruturas e recursos humanos qualificados**, tornando o desporto acessível a toda a população, em qualquer região ou faixa etária, e integrando-o em diversas esferas (escola, trabalho, tempos livres).

BE (Bloco de Esquerda) – Enfatiza o desporto enquanto instrumento de **coesão social e desenvolvimento humano**, defendendo um aumento significativo dos meios e do financiamento públicos neste setor. O BE vê o acesso ao desporto como um serviço que o Estado deve proporcionar a todos os cidadãos ("independentemente da idade, condição social, territorial ou económica"), através de diversas vertentes – sistema educativo, movimento associativo de base, lazer e alta competição – tal como enuncia no seu programa. Uma medida-chave proposta pelo Bloco para consolidar este compromisso é consignar **"1% para o Desporto"** no Orçamento do Estado. Em concreto, o BE quer que 1% das despesas do Estado sejam alocadas a um programa de reforço orçamental para as políticas desportivas, o que englobaria: mais apoios financeiros e materiais às federações com menos recursos (para que modalidades menos populares possam desenvolver-se), a reabilitação e construção de

instalações desportivas de uso comunitário (especialmente em zonas desfavorecidas do interior ou periferias urbanas, combatendo assimetrias regionais), e apoio direto a praticantes carenciados ou a projetos de base local que promovam atividade física. Paralelamente, o BE propõe desenvolver **programas de literacia física** para todas as idades e reforçar o apoio ao desporto amador e local – incluindo modalidades desportivas além das mais mediáticas como o futebol – de modo a diversificar a oferta e atingir públicos variados. No combate ao sedentarismo e aos problemas dele decorrentes, o BE realça que investir no desporto público (ou seja, via financiamento estatal de instalações, programas e clubes) trará benefícios à saúde física e mental da população e fortalecerá laços comunitários. Assim, o Bloco apresenta uma abordagem **integrada e comprometida orçamentalmente**: pretende que o Estado assuma um papel central na garantia da atividade física como direito universal, usando recursos públicos para remover obstáculos financeiros e geográficos à participação. É uma visão em que o desporto atua também como política social – prevenindo doenças, ocupando positivamente os tempos livres dos jovens (longe de comportamentos de risco) e promovendo a inclusão.

Livre – O partido Livre propõe atualizar o quadro legal e implementar programas para estimular a atividade física **em todas as idades**, numa perspetiva holística. Em particular, advoga **atualizar a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto** para que esta reflita as necessidades sociais atuais, incluindo explicitamente na lei a promoção da **saúde física e mental** da população através do desporto e o desafio de fomentar a **literacia física ao longo da vida**. Ou seja, o Livre quer que a legislação de enquadramento enfatize o desporto como instrumento de saúde pública e bem-estar, tal como nas últimas décadas passou a enfatizar a educação ao longo da vida; assim, todas as políticas desportivas ganhariam também um foco sanitário/preventivo. Além do âmbito legal, o Livre avança com iniciativas práticas: por exemplo, a criação de **programas nacionais de certificação de boas práticas na formação desportiva de crianças e jovens**. Esta medida visa garantir que, em escolas, clubes ou academias, a iniciação desportiva seja feita com qualidade e segurança, segundo normas orientadoras (por exemplo, evitando sobrecarga física ou psicológica em jovens atletas, garantindo treinadores formados, etc.). O Livre também se preocupa em **expandir e modernizar as instalações desportivas de uso público** por todo o país, aumentando o financiamento público nesse domínio e promovendo **parcerias entre municípios, escolas, associações e clubes**. O objetivo é criar mais oportunidades locais de prática física comunitária, sobretudo onde a oferta é escassa, para que ninguém fique impedido de praticar por falta de infraestruturas. A preocupação com a **equidade de acesso** é notória: as propostas do Livre abrangem tanto a base da pirâmide desportiva (formação e instalações acessíveis a todos) quanto a remoção de barreiras sociais – por exemplo, tenciona **incentivar igual participação de mulheres e homens** nas atividades físicas, garantindo que a promoção da atividade combata estereótipos de género. Em síntese, o Livre apresenta uma abordagem bastante **completa e intersectorial**: quer mudar a lei para incorporar objetivos de saúde e inclusão, criar programas de certificação para elevar a qualidade da oferta desportiva, e investir em equipamentos e parcerias locais para aproximar a atividade física das pessoas, independentemente da idade, género ou local de residência.

PAN (Pessoas–Animais–Natureza) – O PAN distingue-se por cruzar diretamente as políticas de desporto com as de saúde pública, encarando a promoção da atividade física como parte integrante do bem-estar populacional. Suas propostas configuram uma autêntica **"prescrição social" do exercício físico**: o PAN quer **integrar a atividade física nos cuidados de saúde primários**, tornando comum os médicos recomendarem e acompanharem a prática de exercício pelos utentes. Concretamente, sugere que os **médicos de família passem a prescrever atividade física** nas consultas, tal como prescrevem medicamentos ou dietas,

incluindo essa recomendação no plano terapêutico dos pacientes. Propõe também **contratar profissionais de exercício físico para os centros de saúde**, que teriam a função de desenvolver programas de atividade específicos para certos grupos (por ex., utentes com doenças crónicas como diabetes ou obesidade, pessoas idosas com problemas de mobilidade, etc.), seguindo encaminhamento médico. Esta medida traria o exercício orientado como *terapêutica não-farmacológica* ao SNS – algo inovador em Portugal, mas já testado em alguns países. Além do âmbito clínico, o PAN preconiza que as **escolas, autarquias e a segurança social atuem juntas** num **sistema municipal de saúde** que promova hábitos de vida saudáveis, nomeadamente alimentação equilibrada e atividade física regular, junto da população local. Aqui, o partido invoca o conceito *"One Health"* (Uma Só Saúde), integrando nutrição e exercício físico nas políticas municipais de prevenção. No campo educativo, conforme descrito no domínio anterior, ao reforçar a Educação Física no 1.º ciclo e valorizar o fair play nas escolas, o PAN visa criar **hábitos de vida saudáveis desde a infância**, prevenindo problemas como sedentarismo e obesidade mais tarde. E ao insistir na oferta de **alimentação escolar saudável** (implementação de estratégias nacionais de alimentação equilibrada nas cantinas), demonstra uma abordagem integrada de saúde escolar onde o desporto é complemento da boa nutrição. Em suma, o PAN vê claramente o desporto e a atividade física como **meios de promoção da saúde pública e do bem-estar**: as suas medidas inserem o exercício no quotidiano das pessoas **com apoio direto do sistema de saúde**, algo singular entre os partidos. Enquanto outros focam campanhas ou infraestruturas, o PAN insere o desporto nas receitas médicas e nos planos de cuidados, acreditando que desta forma atinge sobretudo os segmentos da população mais inativos ou em risco, sob supervisão profissional.

Comparativo

Todos os partidos, exceto a IL, reconhecem a necessidade de **elevar os níveis de atividade física da população**, porém os enfoques variam. **AD, PS, PCP, BE e Livre** convergem na ideia de **planos nacionais ou estratégicos** para o desporto, mas com diferenças: AD e PS delineiam **metas quantificáveis** (redução do sedentarismo, aumento de praticantes federados) e criam estruturas como observatórios e comissões para coordenar a implementação. Já **PCP e BE** querem um **reforço orçamental e estrutural** mais direto: o PCP canalizando investimento para os clubes de base e assumindo financiamento público robusto, e o BE fixando 1% do Orçamento do Estado para as políticas desportivas, o que representa compromisso financeiro concreto. **Livre e PS** fazem referência explícita à promoção da **saúde física e mental** através da atividade física – o Livre via alteração da Lei de Bases para incluir a saúde e literacia física, e o PS através de recomendações estratégicas e objetivos que alinham o desporto com a saúde pública. **PAN** difere ao **integrar a atividade física nas políticas de saúde** e de alimentação, propondo prescrições médicas de exercício e profissionais de desporto nos centros de saúde, ou seja, trazendo o desporto para dentro do sistema de saúde preventiva. A **IL** distingue-se por **não ter iniciativas generalizadas** nesta área, centrando-se mais em nichos (desporto adaptado e eletrónico) e confiando no dinamismo espontâneo da sociedade. **Chega**, embora partilhe do objetivo de aumentar a atividade física, opta por **mecanismos de incentivo** em vez de planos estruturados: não apresenta metas nacionais ou observatórios, mas recorre a alívios fiscais e campanhas para motivar a população. Em síntese, há um consenso de fundo de que o desporto é fator de **bem-estar social**, mas contrastam as vias para mobilizar os cidadãos: os partidos à esquerda (PCP, BE) e a AD enfatizam o **papel do Estado e do investimento público** para democratizar o acesso ao desporto, ao passo que o PS equilibra metas ambiciosas com **instrumentos de gestão** (planeamento e monitorização), o Livre introduz preocupações legais inovadoras (desporto como direito de saúde), e o PAN leva o desporto para o terreno da **saúde preventiva institucionalizada**. A IL fica numa posição atípica, sem intervenção pública relevante, confiando numa lógica de liberdade individual. Assim, a diferença fundamental está

em *como* atingir uma população mais ativa: uns via **Estado proativo** (financiando e orientando), outros via **parcerias e incentivos**, e outros ainda via **sistema de saúde**, mas todos partilham a ideia de que uma população fisicamente ativa é desejável e traz benefícios coletivos.

POLÍTICAS PARA O DESPORTO FEDERADO E ASSOCIATIVO

AD (Aliança Democrática) – Defende a modernização da governança desportiva e um apoio estruturado às entidades federativas, com foco na articulação entre todos os agentes. A AD pretende *"gerar um alinhamento coerente, estratégico e funcional entre todos os agentes de desenvolvimento desportivo"*, o que indica melhorar a coordenação entre Estado, federações, clubes, autarquias e outros atores. Uma medida-chave é a atualização da **Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto**, bem como a revisão da legislação estruturante do setor. Com isso, a AD demonstra vontade de **reformar o quadro legal** que rege o desporto federado e associativo, adequando-o às necessidades atuais – possivelmente simplificando burocracias, clarificando papéis das federações e reforçando a transparência. A AD sugere também incentivar a criação de **Conselhos Municipais de Desporto** em todo o país, órgãos consultivos locais que envolvam autarquias, associações e cidadãos na definição de estratégias de promoção desportiva a nível concelhio. Além disso, propõe ativar uma **Comissão Intersectorial para a Promoção da Atividade Física** (a nível nacional) para executar e monitorizar o plano nacional do desporto – iniciativa que, embora abranja vários domínios, afeta as federações ao orientá-las dentro de um plano comum. No apoio direto ao movimento associativo, a AD pretende, em colaboração com as federações desportivas, desenvolver um programa de **"desporto para todos" por modalidade**, para promover a participação inclusiva em todas as idades e fortalecer a coesão social e territorial através do desporto. Esta última proposta sugere **usar as federações** como parceiras para expandir a base de praticantes, possivelmente financiando projetos de massificação em cada modalidade, inclusive as menos populares comercialmente. Em síntese, a AD foca-se em **reformas institucionais** (lei de bases, órgãos de coordenação) e em **parcerias com federações** para garantir que as políticas cheguem ao terreno. Não anuncia valores concretos de financiamento extra, mas aposta em melhor organização e alinhamento estratégico, partindo do princípio de que uma governança mais eficiente resultará em crescimento do desporto federado e associativo.

PS (Partido Socialista) – Propõe dar continuidade e ampliar as políticas de apoio financeiro e técnico ao desporto federado, com atenção à integridade e ao voluntariado. O PS tenciona reforçar os **contratos-programa** celebrados com federações e outras entidades desportivas, aumentando os montantes e exigindo o cumprimento de objetivos (por ex., desenvolvimento de modalidades, resultados internacionais, programas de base). Esses contratos-programa são o instrumento central de financiamento público ao desporto federado em Portugal, e o reforço significa maior investimento do Estado neste setor. Adicionalmente, os socialistas propõem medidas como a valorização do **estatuto do dirigente associativo benévolo** (voluntário) – tal estatuto foi criado para apoiar aqueles que dirigem clubes e associações sem remuneração, prevendo benefícios como subsídios ou incentivos fiscais; ao reforçá-lo, o PS quer facilitar a dedicação de voluntários à gestão desportiva, crucial sobretudo em clubes pequenos que vivem do amadorismo. No campo da **integridade e segurança**, o PS realça nos seus documentos o combate à violência no desporto, ao racismo e xenofobia, e ao doping, bem como a proteção de jovens atletas contra abusos. Embora esses temas extrapolem a esfera estritamente financeira, afetam a regulação das federações (por exemplo, exigindo planos de prevenção e códigos de conduta que as federações devem implementar). O PS, portanto, no desporto federado, aposta em **continuar a injetar recursos** via contratos-programa, **qualificar**

os agentes (dirigentes voluntários) e **assegurar que as federações adotem boas práticas de ética e segurança**. Note-se que, ao contrário de BE ou PCP, o PS não propõe alterar fundamentalmente o modelo institucional (não revoga leis nem impõe novos modelos de propriedade nos clubes), preferindo **aperfeiçoar o existente**.

CHEGA – Enfatiza reformas legislativas no setor federativo, visando tanto a sustentabilidade financeira quanto a integridade das competições. A primeira proposta do Chega é **rever a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto** para proceder a uma **reforma do modelo de financiamento do desporto**. Embora não especifique no detalhe, isto sugere que o Chega quer alterar a forma como as federações e clubes recebem recursos – possivelmente diversificando as fontes (incentivando mais mecenato e patrocínio privado) e/ou reavaliando os critérios de atribuição de fundos públicos. No mesmo esforço legislativo, quer **consagrar a promoção do desporto feminino como um grande objetivo desportivo nacional**, o que significa dar prioridade e talvez metas concretas à igualdade de género no desporto, incentivando federações a aumentar a participação e visibilidade das mulheres nas suas modalidades. O Chega destaca fortemente a defesa da **integridade e verdade desportiva**: propõe **proibir que modalidades categorizadas entre sexos biológicos aceitem atletas transgénero**, ou seja, impedir atletas trans de competirem em categorias femininas ou masculinas distintas do seu sexo biológico, medida que justifica como garantia de justiça competitiva. Esta posição é única entre os partidos – coloca a integridade biológica acima da inclusão de gênero no desporto federado, gerando debate ético. Ainda no campo da integridade, o Chega quer **introduzir medidas de combate à corrupção desportiva**, o que pode abranger manipulação de resultados (match-fixing), corrupção em arbitragens ou gestão de clubes. Para fortalecer a base legal do desporto, o Chega propõe também **atualizar o Estatuto do Mecenato Desportivo** (para atrair mais patrocinadores privados e doações), o **Estatuto do Dirigente Voluntário Desportivo** (facilitando a atuação de dirigentes amadores) e o **Estatuto do Estudante-Atleta** (já referido no contexto escolar). No tocante a apoio financeiro, o Chega sugere **aumentar o financiamento do Programa de Reabilitação de Instalações Desportivas (PRID)**, que é uma linha de cofinanciamento público para obras em clubes locais – ampliá-lo beneficiaria associações e autarquias com infraestruturas degradadas. Prevê ainda **reduzir o IVA na venda de bilhetes para o desporto federado**, para dinamizar as assistências aos eventos e assim aumentar as receitas dos clubes/federações. Em termos de inclusão, além do desporto feminino, quer **apoiar as entidades que promovem desporto adaptado**, integrando plenamente os atletas com deficiência. Por fim, no âmbito das competições nacionais, propõe **reformar a lei contra a violência, racismo e intolerância nos espetáculos desportivos**, visando melhorar a relação entre adeptos e forças de segurança e eliminar excessos burocráticos que prejudiquem o ambiente nos estádios. Resumindo, o Chega traz um pacote para o desporto federado focado em **ajustes legais e fiscais** – mudando leis e estatutos para moldar o financiamento e assegurar valores tradicionais (verdade desportiva, fair play) –, complementado por **incentivos específicos** (PRID, IVA reduzido) que beneficiam clubes e federações. É um enfoque que privilegia a **ordem e a justiça competitiva**, ainda que algumas propostas (como a exclusão de atletas trans) suscitem controvérsia por potencialmente conflitarem com princípios de não discriminação.

IL (Iniciativa Liberal) – A IL concentra suas propostas federativas num **nicho muito específico: o desporto adaptado**. Reconhecendo o desporto para pessoas com deficiência como um pilar de inclusão social, a IL identifica barreiras fiscais que oneram injustamente as organizações dedicadas a este setor. Assim, propõe três medidas fundamentais de natureza fiscal: primeiro, a **isenção do IVA e do ISV na aquisição de veículos adaptados** para as sociedades e federações desportivas sem fins lucrativos e IPSS ligadas ao desporto adaptado. Atualmente, se uma federação de desporto adaptado compra, por exemplo, uma carrinha acessível para

cadeiras de rodas, paga impostos elevados; com esta isenção, esses recursos poupados poderiam ser canalizados para a atividade fim. Em segundo lugar, a IL advoga a **clarificação da isenção de IRS para as bolsas desportivas** atribuídas a agentes desportivos não profissionais por associações distritais e regionais. Esta medida responde a reivindicações do Comité Paralímpico de Portugal e visa garantir que pequenas bolsas ou prémios atribuídos a atletas ou treinadores do desporto adaptado (geralmente amadores) não sejam tributados indevidamente como rendimento, evitando penalizações financeiras a quem se dedica a esse desporto. A terceira medida é o **reconhecimento dos guias de atletas com deficiência visual como agentes desportivos** de pleno direito. Os guias de atletismo (que correm ao lado de atletas cegos, por exemplo) têm um papel crucial, mas não eram formalmente reconhecidos na lei portuguesa; a IL propõe equipará-los a praticantes ou treinadores, garantindo-lhes proteção legal e enquadramento profissional. Com estas medidas, a IL pretende que **o Estado deixe de ser um entrave ao desenvolvimento do desporto adaptado**, removendo custos e omissões legais que afetam negativamente as entidades e pessoas envolvidas. Por outro lado, fora do âmbito do desporto adaptado, o programa liberal não apresenta propostas significativas para o restante movimento federativo ou associativo: não refere alterações no financiamento geral às federações, nem regulações sobre clubes profissionais (por exemplo, nada diz quanto às SAD ou ao associativismo em geral). A IL parece confiar que, além de corrigir estas injustiças específicas, o desporto federado não necessita de intervenção estatal adicional – uma postura liberal clássica de não intervenção, acreditando no autorregulamento das modalidades através do mercado e das iniciativas privadas.

PCP (Partido Comunista Português) – O PCP mantém no desporto federado a sua linha de defesa do movimento popular e democrático, propondo mudanças profundas para o fortalecer. Uma diferença marcante defendida pelo PCP é a já referida **revogação do atual regime jurídico das federações desportivas**, aprovado em legislaturas passadas, para **restabelecer a autonomia do movimento desportivo** face ao Estado e às lógicas mercantis. Em vez do modelo vigente (que impôs regras de utilidade pública e de governança às federações, por vezes visto como dirigista), o PCP quer voltar a um quadro que dê mais poder de decisão interna às federações e clubes, e que favoreça a participação de base nas suas estruturas. Paralelamente, o PCP propõe **aumento do financiamento público** às estruturas desportivas, canalizando-o de forma a apoiar preferencialmente os **clubes de base** (de bairros, freguesias, locais de trabalho, etc.) e a reduzir desigualdades entre modalidades. Reconhece que sem clubes fortes e espalhados pelo território, o direito ao desporto não se efetiva para todos. O apoio estatal incluiria infraestruturas (construção de pavilhões e campos municipais entregues ao uso dos clubes), material desportivo e formação de recursos humanos. Além disso, o PCP enfatiza a importância de **democratizar a gestão do desporto profissional**: embora não cite explicitamente no trecho fornecido, historicamente o PCP opõe-se à excessiva influência de acionistas privados nos clubes de futebol e defende modelos associativos – nessa linha, podemos inferir que veria com bons olhos propostas como a do BE (50+1) embora o PCP não a formule diretamente no seu programa. Outra proposta do PCP é a **promoção qualificada da formação de treinadores e técnicos** por via das federações – quer dizer, investir para que cada federação tenha planos de formação contínua, certificando mais treinadores, árbitros e gestores com competência, elevando o nível técnico do desporto federado em todo o país. Menciona também **apoio à investigação científica no desporto**, o que pode implicar parcerias entre federações/universidades para estudar metodologias de treino, prevenção de lesões, etc., fornecendo base científica para a evolução de cada modalidade. Resumindo, o PCP no desporto federado advoga **mais financiamento público, mais formação e mais democracia interna**. Quer inverter políticas anteriores que, no seu entender, elitizaram a gestão desportiva, e garantir que o associativismo tradicional (assentes em sócios e coletividades) continue a ser o núcleo do sistema desportivo português. Essa

posição é isolada em pedir a revogação total do regime em vigor, contrastando com PS e AD que preferem ajustar a legislação sem a eliminar.

BE (Bloco de Esquerda) – O Bloco traz propostas inovadoras visando **democratizar e reforçar o controlo público** sobre o desporto federado, sobretudo no futebol profissional, e apoiar modalidades menos mediáticas. A medida mais emblemática é estabelecer por lei a regra **"50% + 1"** nas Sociedades Anónimas Desportivas (SAD). Isto significa que, em cada clube profissional que tenha uma SAD, pelo menos 50% mais umas das ações devem pertencer aos sócios/associação mãe do clube. Na prática, garantiria que os associados mantêm a maioria do capital votante, impedindo que investidores privados passem a deter o controlo absoluto dos clubes – um modelo inspirado no que existe na Alemanha (*50+1 rule*) para preservar a natureza associativa das agremiações. Nenhum outro partido aborda tão diretamente a **estrutura acionista dos clubes** profissionais, o que torna esta proposta distintiva do BE. Em termos de financiamento, o BE propõe o tal programa **"1% do OE para o Desporto"**, que beneficiaria, entre outros, as **federações com menos recursos** e os clubes amadores. Desse montante, parte seria direcionada para apoiar **federações de modalidades não profissionais** (por exemplo, atletismo, desportos de combate, etc.) e promover a sua atividade competitiva e de formação – garantindo que não fiquem estranguladas financeiramente por falta de patrocinadores, e possibilitando a atletas dessas modalidades melhores condições. Outra parte seria investida na **reabilitação e construção de instalações** onde elas fazem falta, e em **apoio direto a praticantes** de alto nível de origens mais humildes ou de modalidades pouco financiadas. O BE encara o desporto federado como um **serviço público** (tal como saúde ou educação) que o Estado deve ajudar a prover; portanto, a sua agenda orçamental visa robustecer esse serviço. No que toca à **integridade**, o BE menciona medidas contra a violência e a corrupção desportiva. Por exemplo, defende tolerância zero a claques neonazis ou a esquemas de viciação de resultados, exigindo que as federações e Liga de clubes adotem códigos de conduta rígidos e cooperem com autoridades para punir delitos. Tal como outros partidos de esquerda, realça também a promoção da **igualdade** (combate ao racismo, sexismo e homofobia no desporto) e valoriza o **fair play**. Assim, o Bloco apresenta uma visão em que o Estado intervém para **regulamentar** (imposição do 50+1), para **financiar** (1% OE) e para **proteger valores** (ética e inclusão) no desporto federado. É possivelmente o programa que mais se aproxima do PCP em termos de aumento de investimento público, mas distingue-se naquele ponto concreto da democratização acionista e num discurso mais voltado para o *combate às desigualdades e opacidade* no desporto profissional.

Livre – O Livre propõe uma série de medidas para tornar o desporto federado mais **equitativo, profissional e ético**, atuando em várias frentes. Em linha com a sua defesa de igualdade, o Livre quer **redistribuir as verbas públicas** de forma mais equilibrada entre modalidades, evitando que apenas os desportos de maior audiência (como o futebol masculino) absorvam a fatia de leão dos apoios. Isso implicaria critérios objetivos para a atribuição de fundos do Estado e patrocínios públicos (via empresas públicas, por ex.) às federações, considerando necessidades e resultados de cada uma, garantindo que modalidades olímpicas, femininas ou paralímpicas recebam financiamento condizente com a sua importância social e competitiva. O Livre também advoga a **profissionalização dos dirigentes desportivos** – pretende que nas federações e clubes haja quadros com formação em gestão desportiva, remunerados de forma adequada, para melhorar a capacidade administrativa das organizações. Esta ideia vai ao encontro de modernizar as estruturas, muitas das quais ainda dependem de voluntarismo, o que pode limitar a sua eficiência. Em termos de legislação, o Livre alinha-se com AD e Chega na intenção de **atualizar o quadro legal do desporto** para as necessidades atuais, embora com um viés diferente: quer incluir objetivos de saúde e bem-estar (já mencionado) e **reforçar mecanismos de transparência e fair play**. O programa do Livre menciona, por exemplo, a

importância de práticas de boa governação nas federações e a prevenção rigorosa do doping. Adicionalmente, o Livre condiciona explicitamente o apoio a eventos desportivos internacionais em Portugal ao **respeito pelos direitos humanos** por parte das entidades organizadoras e países envolvidos. Isto demonstra uma preocupação ética global, indo além das fronteiras: por exemplo, implicaria não apoiar financeiramente competições se elas servirem de *sportswashing* a regimes autoritários ou se violarem princípios de sustentabilidade ambiental. No plano do associativismo local, o Livre, tal como outros, quer **expandir e requalificar instalações desportivas comunitárias** (parques, recintos, piscinas), muitas vezes geridas em colaboração com associações e clubes, para que as comunidades tenham acesso a prática informal e clubes tenham melhores casas. No cômputo geral, o Livre defende **mais financiamento público criterioso**, com critérios de justiça (modalidades menos ricas, desporto feminino, etc.), e simultaneamente **mais profissionalismo e ética na gestão** – acreditando que isso tornará o movimento federado mais forte e credível, capaz de gerar não só campeões, mas também benefícios sociais.

PAN (Pessoas–Animais–Natureza) – O programa do PAN mostra-se relativamente sucinto quanto a políticas específicas para o desporto federado e o movimento associativo, sem apresentar reformas estruturais notáveis neste âmbito. Ao contrário de outros partidos, o PAN não propõe aumento direto de financiamento às federações ou clubes, nem aborda a questão das SAD ou do modelo de governação desportiva. Sua prioridade recai mais sobre o desporto enquanto saúde pública e educação (domínios já discutidos) do que sobre a organização federativa em si. Historicamente, o PAN tem posições fortes em questões muito particulares como **desportos com animais** (por exemplo, oposição a touradas e a modalidades que envolvam exploração animal), mas no manifesto de 2025 não há menções explícitas a isso. Podemos inferir que o PAN apoiaria medidas contra práticas desportivas que infligem sofrimento animal, coerente com a sua agenda ética, mas efetivamente não traz novas propostas no texto fornecido. O PAN valoriza o *fair play* e o "desporto saudável" nos contextos educativos e comunitários, o que sugere que, para além de condenar violência e discriminação (pontos consensuais), espera que as federações adotem códigos de ética alinhados com esses princípios. Em termos de associativismo de base, defende integrar as **escolas com as estruturas desportivas da comunidade** para que os estudantes tenham acesso a formação extraescolar, o que implica colaboração com clubes locais – mas esta ideia é abordada como prolongamento da escola, não como política setorial federativa. Assim, podemos caracterizar a posição do PAN no desporto federado/associativo como **discreta e omissiva**: não há propostas de reformas legais, de investimento específico ou de reestruturação das entidades desportivas. O PAN parece considerar que, ao criar mais praticantes (via prescrições médicas e EF escolar reforçada), indiretamente estará a beneficiar federações e clubes, pois aumentará a procura pelos seus serviços – porém, essa ligação não é explicitada no programa. Em resumo, o PAN não se destaca por iniciativas para o setor federativo em si, o que o coloca num perfil **conservador/passivo** nesta matéria, confiando no status quo ou priorizando outros ângulos do desporto.

Comparativo

Observa-se um padrão geral de **apoio ao associativismo desportivo** na maioria dos partidos, mas com enfoques distintos em como concretizá-lo. **PCP, BE, Livre e PS** convergem na intenção de **reforçar o financiamento público** às estruturas desportivas (federações e clubes), embora por vias diferentes: o PCP quer canalizar recursos diretamente para os **clubes de base** e devolver autonomia às federações, o PS e o Livre apostam em **financiamento federativo robusto e equitativo** (contratos-programa reforçados e distribuição mais justa), e o BE estabelece mesmo uma **meta orçamental de 1% do OE** para o Desporto, incluindo apoio

dirigido a federações menores e clubes desfavorecidos. **AD e Livre** destacam a necessidade de **rever a Lei de Bases** ou outra legislação de enquadramento, apontando à modernização institucional do setor e à clarificação de objetivos (no caso do Livre, incorporar saúde; no caso da AD, melhorar coordenação). Uma diferença marcante surge com a proposta do **BE da regra "50+1"** nas SAD – nenhum outro partido aborda tão diretamente a questão do controlo acionista dos clubes profissionais, o que reflete a agenda bloquista de democratização económica. Por sua vez, o **PCP** distingue-se ao pedir explicitamente a **revogação do regime das federações** em vigor, para restaurar a autonomia associativa tradicional, uma posição isolada que contrasta com as abordagens de PS e AD, que preferem **evoluir o quadro legal** em vez de o reverter completamente. No campo dos **nichos e casos específicos**, a **IL** concentra-se apenas no desporto adaptado com medidas fiscais e reconhecimento legal muito direcionados – nenhum outro partido entra nesses detalhes, o que reflete a preocupação liberal de eliminar barreiras fiscais, mas também **deixa de fora** as políticas para todo o restante movimento federativo. Quanto à **integridade e segurança**, **PS e BE** partilham preocupações: o PS realça o combate à violência e dopagem e a proteção de jovens, enquanto o BE foca a luta contra a violência e corrupção nas entidades desportivas. **Livre e PAN** também mencionam fair play e ética nas suas linhas programáticas, embora o PAN mais numa perspetiva educativa. **Chega** insere-se na tendência de **legislar e controlar**: junta-se a AD e Livre na revisão da Lei de Bases, mas vai além ao introduzir restrições (transgénero) e medidas anticorrupção específicas, enfatizando um enquadramento moral conservador que nenhum outro acompanha – esta singularidade do Chega evidencia uma prioridade na "verdade desportiva" e nas distinções biológicas, ausente nos demais programas. Em suma, há concordância geral em **fortalecer federações/clubes**: uns via **financiamento e profissionalização** (Livre, PS), outros via **legislação e controlo democrático** (BE, PCP, AD, Chega). **IL e PAN** aparecem como outliers – a IL pela focalização estreita (só adaptados) e o PAN por praticamente **não se pronunciar** sobre o tema federativo, sugerindo menor prioridade atribuída a este nível no seu programa. Os debates centrais giram em torno de *quanto* e *como* o Estado deve intervir: se deve injetar dinheiro diretamente (BE, PCP) ou criar condições para que o sistema se autossustente com melhor regulação (AD, Chega, Livre, em certa medida PS). Importante notar que questões de **transparência, boa governação e ética** são referidas em vários programas (PS, BE, Livre, Chega), sinalizando uma consciencialização transversal para melhorar a confiança no desporto federado após anos de escândalos diversos.

APOIO AO DESPORTO DE ALTO RENDIMENTO

AD (Aliança Democrática) – Encarna o desporto de alto rendimento como um elemento catalisador, tanto para inspirar os jovens como para gerar ganhos em saúde pública e prestígio nacional. A AD afirma que a política pública deve permitir que cidadãos com talento desportivo desenvolvam carreiras de excelência **sem abdicar da formação académica**, mesmo em modalidades de curta duração competitiva. Nesse sentido, estabelece como meta **"reforçar o apoio ao desporto de alto rendimento"** enquanto exemplo e incentivo à prática desportiva juvenil. No seu programa, a AD propõe especificamente o **reforço do apoio aos atletas-estudantes e atletas de alto rendimento**, enfatizando a importância da dupla carreira (conciliação de estudos/trabalho com treinos) – embora não detalhe valores neste excerto, deixa claro que quer ampliar as condições para que atletas possam estudar e competir simultaneamente. Fala também na necessidade de **novos modelos de apoio** para casos particulares, como atletas de modalidades com carreiras curtas (e.g., ginástica artística, onde o pico é jovem), possibilitando que desenvolvam competências fora do desporto enquanto competem. Em articulação com isso, a AD sugere garantir **acompanhamento médico e condições de treino de excelência** para maximizar o rendimento desportivo de forma saudável. Embora a AD não explicite se aumentará bolsas ou prémios, pode inferir-se que

apoiaria, por exemplo, **programas de dupla carreira, incentivos fiscais ou subsídios** para atletas de alto nível, integrando as políticas de educação, trabalho e saúde no desporto de elite. Em suma, a AD quer fortalecer o alto rendimento como política pública, não apenas visando medalhas, mas também pelo seu efeito mobilizador sobre a juventude. Seu discurso enfatiza o **exemplo inspirador** dos campeões e a necessidade de o Estado lhes dar suporte para que alcancem sucesso internacional sem prejudicar o seu futuro além do desporto.

PS (Partido Socialista) – Apresenta várias medidas concretas de apoio aos atletas e seleções de alto nível, reforçando um caminho já existente. Um compromisso central do PS é **aumentar em pelo menos 25% os valores das bolsas de preparação olímpica e paralímpica** para o ciclo 2024–2028. Estas bolsas, atribuídas a atletas com potencial de chegar aos Jogos Olímpicos/Paralímpicos, são essenciais para financiarem treino, competição e condições de vida; um aumento de 25% representaria um incremento substancial no investimento direto em atletas. A meta relaciona-se com o objetivo de melhorar a performance nacional nos Jogos de Los Angeles 2028. Além disso, o PS pretende expandir a rede de **UAARE** (Unidades de Apoio ao Alto Rendimento na Escola) – atualmente focadas no secundário – para **novos níveis de ensino**, incluindo eventualmente o superior. Isso ampliaria o leque de atletas-estudantes apoiados (por ex., um atleta universitário poderia ter um tutor académico e facilidades nas avaliações, tal como hoje têm alguns do secundário). O PS também se compromete a **reforçar as seleções nacionais** das diversas modalidades, o que costuma envolver financiamento para estágios, equipas técnicas, ciência do desporto aplicada (nutricionistas, psicólogos) e logística de participação em competições internacionais. Outra vertente é o investimento em **infraestruturas e centros de alto rendimento**: embora não mencionado explicitamente no trecho fornecido, espera-se a continuidade de apoio aos Centros de Alto Rendimento existentes no país, ou a criação de novos polos de treino especializado, visto que nos programas anteriores do PS isso foi uma aposta. Quanto à **proteção social do atleta**, o PS apoia a ideia de acompanhar a carreira dual (através das UAARE) e, não dito aqui, mas presente no debate público, já se mostrou aberto a melhorar o enquadramento na Segurança Social dos atletas de alto nível (por exemplo, contabilizar tempo de carreira desportiva para efeitos de pensões). O PS preocupa-se também com a **ética no alto rendimento**: o seu programa realça combate ao doping e manipulação de resultados nas competições, bem como a prevenção de abusos (como casos de assédio no treino de alto nível). Assim, o PS demonstra uma abordagem completa: **apoio financeiro direto, conciliação estudo-desporto, e integridade competitiva**. É um dos programas mais robustos, seguindo a linha governativa recente mas ampliando metas (25%+ bolsas) e estruturas (UAARE).

CHEGA – O Chega advoga uma forte aposta no desporto de elite, combinando investimento financeiro com medidas de equidade territorial. Em particular, o Chega propõe **aumentar efetivamente e de forma estruturada o financiamento do Programa Olímpico e do Programa Paralímpico**, mostrando consciência da necessidade de apoiar desde já os atletas com vista aos Jogos de Paris 2024 (no momento do programa) e com foco em alterar o paradigma para Los Angeles 2028. Este aumento "estruturado" sugere não apenas um aporte pontual, mas sim uma revisão do modelo de financiamento para torná-lo mais eficaz e contínuo, possivelmente garantindo plurianualidade e desburocratizando a atribuição de verbas aos comités olímpico e paralímpico. O Chega também quer atualizar o **Estatuto do Estudante-Atleta** (como referido antes), o que, no contexto de alto rendimento, facilita que jovens talentos possam competir internacionalmente sem abandonar os estudos – uma preocupação similar à da AD e PS. Outra proposta relevante é **garantir igual acesso aos atletas das regiões autónomas (Açores e Madeira)**, de modo que não sejam prejudicados no acesso a oportunidades desportivas pela sua condição ultraperiférica. Isso envolve, por exemplo, financiar deslocações ao continente para competições ou estágios, e assegurar que

atletas insulares tenham os mesmos apoios de treino que os do continente. Poucos partidos mencionam explicitamente os atletas insulares, sendo esta uma nota distintiva do Chega no campo do alto rendimento, visando equidade geográfica. Em termos de serviços de apoio, o Chega defende, no seu plano geral, articular saúde e desporto – embora não fale em medicina desportiva no SNS como o PCP, seu enfoque na "saúde e bem-estar" dos atletas fica implícito ao valorizar a *verdade desportiva* (logo, competições justas e seguras) e ao querer maximizar o potencial de cada atleta. Além disso, ao referir-se à mudança de paradigma dos "fracos e errados modelos" de preparação para Jogos passados, critica implicitamente a falta de resultados e quer impor maior rigor e exigência nos programas de alto rendimento, com metas mais ambiciosas. Em suma, o Chega posiciona-se claramente a favor de **mais investimento nos nossos campeões**, preocupado em não ficar aquém em futuras Olimpíadas. Junta a isso uma visão de **justiça territorial** (apoiar ilhéus) e de **integridade** (garantir competições justas e sem corrupção, o que no alto rendimento se traduz também em combate ao doping e manipulação, embora não explicitado). Nesse aspeto, diferencia-se: enquanto PS, PCP, BE, Livre falam em ética e doping, o Chega abordou a integridade nas federações (transgéneros, corrupção), presumivelmente aplicável também nas competições de topo sob a égide federativa. Portanto, Chega alinha-se ao **consenso de reforçar o apoio aos atletas de elite**, aproximando-se de PS/PCP no aumento de financiamento e de AD no suporte educacional, e distingue-se pelo acento colocado na *verdade desportiva* e igualdade de condições para todos os atletas, do continente ou das ilhas.

IL (Iniciativa Liberal) – A IL tem um contributo relativamente modesto no âmbito do alto rendimento, focalizado quase exclusivamente nos atletas do **desporto adaptado**. Atendendo a reivindicações do Comité Paralímpico, a IL defende a **clarificação da isenção de IRS para as bolsas de formação desportiva** atribuídas a atletas ou técnicos não profissionais por entidades regionais. Essa clarificação visa assegurar que as pequenas bolsas que, por exemplo, um treinador de natação adaptada recebe de uma associação distrital sejam isentas de imposto, evitando onerar financeiramente quem já aufere pouco. Fora isso, a IL não apresenta medidas direcionadas ao atleta olímpico ou às federações de modalidades olímpicas. Não propõe aumentos de bolsas, nem refere apoio a centros de alto rendimento. Provavelmente considera que os atletas de alto nível já beneficiam de apoios existentes e que o foco deve estar em remover entraves burocráticos/fiscais (o seu campo de ação preferencial) e deixar o restante a cargo das federações e patrocinadores. No seu capítulo de desporto adaptado, há também a proposta de reconhecer os **guias de atletas paralímpicos como agentes desportivos com direitos**, o que tangencialmente melhora as condições de competição de atletas cegos, por exemplo, ao valorizar o papel do guia. Entretanto, do ponto de vista geral do alto rendimento, a IL **omite o atleta olímpico convencional**. Assim, distingue-se do consenso dos outros partidos (PS, PCP, BE, Livre e até AD e Chega) que explicitamente mencionam reforçar programas olímpicos/paralímpicos. Em termos de fiscalidade, a IL também propõe, para todos os setores, a **redução generalizada de IRS** – se aplicada, beneficiaria atletas que muitas vezes têm recibos verdes ou prémios tributados, mas isso não é uma medida setorial e sim transversal. Em suma, a IL não faz do alto rendimento uma bandeira; o seu programa passa a mensagem de que o Estado deve apenas **corrigir injustiças tributárias** e reconhecer formalmente agentes, mas não necessariamente despender mais recursos financeiros nem intervir muito na preparação de elite. Isso coloca a IL, junto com o PAN, na cauda do envolvimento público no alto rendimento.

PAN (Pessoas–Animais–Natureza) – O PAN, notavelmente, **não apresenta quaisquer propostas específicas** dirigidas ao desporto de alto rendimento no seu programa eleitoral. Enquanto praticamente todos os outros partidos dedicam algum parágrafo ao apoio a atletas ou metas olímpicas, o documento do PAN foca-se quase exclusivamente no desporto

enquanto atividade de base, saúde e educação, relegando o alto rendimento para segundo plano ou assumindo-o como consequência natural de uma maior prática de base. Não há menção a bolsas para atletas, nem a preparação olímpica ou investimento em seleções. Esta ausência sugere que, para o PAN, o alto rendimento não é uma prioridade política comparável à promoção da atividade física generalizada ou de políticas de saúde e bem-estar via exercício. Indiretamente, algumas ações que o PAN propõe poderiam beneficiar atletas de elite – por exemplo, se o exercício for integrado no SNS, pode melhorar a identificação de talentos ou proporcionar mais acompanhamento médico em geral –, mas **não é um apoio específico** ao alto rendimento. A postura do PAN pode indicar a visão de que o investimento público deve privilegiar o desporto de base (formação e participação massiva), acreditando que o alto rendimento acabará por emergir naturalmente de uma população mais ativa e saudável. Entretanto, essa ligação não é explicitada: o PAN deliberadamente opta por **não abordar** o tema, o que o destaca em contraste com todos os outros partidos, que assumem compromissos, ainda que variáveis, com os atletas de alto desempenho. Dessa forma, o PAN acaba por se posicionar como **grande ausente** neste domínio – possivelmente por estratégia (focar apenas nas suas áreas-chave) ou por entender que o alto rendimento deve ser gerido pelas federações sem interferência política. Em qualquer dos casos, num debate comparativo, o PAN fica isolado por **não se comprometer** com metas ou apoios ao desporto de elite.

Comparativo

A maioria dos partidos **reconhece o valor do alto rendimento** e propõe apoiá-lo, mas de formas distintas. **PS, PCP, BE e Livre** claramente advogam **maior investimento financeiro direto**: o PS anuncia +25% em bolsas olímpicas/paralímpicas, o PCP exige recursos acrescidos e proteção pós-carreira para os atletas, e BE e Livre incluem nas suas agendas apoio financeiro a atletas e às suas competições (por exemplo, o BE quer subsídios para deslocações, o Livre quer igualdade de prémios entre modalidades). A **AD** também pretende reforçar apoios, sobretudo para os atletas-estudantes (dupla carreira), embora sem quantificar no seu texto disponível, e destaca o alto rendimento como **inspirador para os jovens** – sinalizando que vê sucesso internacional como meio de motivar a base. A **proteção social** dos atletas é sublinhada fortemente pelo PCP (garantia de sustento pós-carreira), e alinhada em menor grau pelo PS (via UAARE garantindo estudos) e AD (dupla carreira facilitada). No quesito **ética e integridade**, PS (antidopagem, anti violência), BE (anti violência) e Livre (antidopagem e direitos humanos) são proativos; já PCP e AD não focam tanto esse aspeto nos seus excertos, e PAN e IL praticamente omitem (a IL foca-se na justiça fiscal e inclusão adaptada, não na ética competitiva). **PAN** é, como vimos, o grande ausente neste tema – a falta de propostas para o alto rendimento destaca-o face a todos os outros que, mesmo com abordagens diferentes, assumem compromissos para potenciar o desporto de elite nacional. Já a **IL** aborda apenas um nicho específico (atletas do desporto adaptado) com medidas de enquadramento fiscal e reconhecimento, mas não contempla o atleta olímpico convencional, o que a distingue do **consenso de apoio aos programas olímpicos/paralímpicos** expresso por PS, PCP, BE, Livre e também implícito no discurso da AD. Em suma, há convergência na necessidade de **apoiar mais os atletas de alto nível**; diverge a ênfase e a ideologia por trás: PS e PCP talvez os mais **generosos financeiramente**, BE e Livre combinando financiamento com **reformas estruturais e éticas**, AD e IL focando **aspetos específicos** (inspiração juvenil e suporte educacional no caso da AD; facilitação fiscal e inclusão adaptada no caso da IL), e PAN optando por **não dar enfoque** ao tema, priorizando o desporto de participação. Essa variação mostra diferentes visões sobre o papel do sucesso desportivo: para uns, é um fim que justifica investimento público; para outros, é um subproduto de uma sociedade ativa; para outros ainda, importa sobretudo pelos valores que carrega (ética, orgulho nacional, inclusão).

MEDIDAS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E BEM-ESTAR RELACIONADAS COM O DESPORTO

AD (Aliança Democrática) – Integra a promoção da saúde de forma transversal nas suas políticas desportivas. O plano **"Desporto para Todos"** da AD visa explicitamente aumentar os índices de prática desportiva e os seus benefícios sociais, o que naturalmente inclui benefícios de saúde como a redução de doenças associadas ao sedentarismo (obesidade, diabetes, doenças cardiovasculares). A AD propõe um modelo coordenado de políticas de **bem-estar/saúde com o desporto**, sugerindo atuação conjunta do setor da saúde com o do desporto – por exemplo, envolvendo os Ministérios da Saúde, Educação e autarquias em campanhas e programas comunitários. Uma iniciativa mencionada é a ativação de uma **Comissão Intersectorial** que reúna várias tutelas (saúde, juventude, etc.) para implementar o Plano Nacional de Atividade Física. Isso traduz a ideia de que a promoção da saúde através do exercício não deve ficar isolada no Ministério do Desporto (que nem existe autonomamente, note-se, já que está inserido na Educação), mas sim ser abraçada como causa comum em políticas de cidade (urbanismo com ciclovias, por ex.), empresas (programas laborais), educação (currículos escolares) e saúde (centros de saúde). A AD também liga diretamente seu plano de desporto à **redução da obesidade infantil** – meta de saúde pública – mostrando que mede o sucesso desportivo também em indicadores de saúde. Em medidas concretas, a AD fala em **identificar novas tendências** de atividade física (por ex., modalidades de fitness ou lazer populares) para as aproveitar na melhoria do bem-estar populacional. Ao nível comunitário, a AD sugere expandir programas de **desporto inclusivo** e para idosos, o que impacta saúde mental (reduz isolamento) e física (mantém autonomia funcional). Em síntese, a AD aposta numa abordagem **intersectorial e preventiva**: o desporto é visto como parte das políticas de saúde (principalmente prevenção do sedentarismo), mas a AD não chega a propor, como o PAN, prescrições médicas ou médicos do desporto no SNS – fica um passo atrás, coordenando políticas, mas mantendo-as nos respetivos setores. Ainda assim, é uma clara aposta em **ambientes saudáveis**, incluindo o combate a fatores de risco (sedentarismo infantil) e a criação de sinergias governo-sociedade para estilos de vida saudáveis.

PS (Partido Socialista) – Foca-se em garantir que a prática desportiva decorra em ambientes seguros, inclusivos e saudáveis, como extensão das políticas de saúde pública. O PS destaca, em seu programa, o fortalecimento de medidas contra o **doping** e contra a **violência** associada ao desporto, reconhecendo que problemas como dopagem não só violam a ética desportiva mas causam danos graves à saúde dos atletas. Assim, quer intensificar a atuação da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) e cooperar com autoridades internacionais para prevenir e detetar substâncias ilícitas. No tocante à violência, o PS propõe aprofundar programas de prevenção do bullying e agressões no desporto jovem, campanhas de **tolerância e respeito** nas bancadas (educando adeptos) e reforçar a aplicação da lei contra a violência nos espetáculos desportivos – medidas que, se bem-sucedidas, melhoram o bem-estar emocional dos praticantes e comunidades envolventes. Outro eixo é a **inclusão social através do desporto**: o PS quer promover o acesso de minorias étnicas, imigrantes, pessoas com deficiência e outros grupos vulneráveis às atividades desportivas, muitas vezes articulando com a área da saúde mental (por exemplo, o desporto como ferramenta de inclusão de pessoas com deficiência intelectual). Uma proposta do PS é desenvolver projetos-piloto de **prescrição de atividade física** em certas unidades de saúde familiar (apareceu em debates, embora no programa se foque mais em observatórios e campanhas) – mas concretamente no texto fornecido, o PS menciona criar **"ambientes inclusivos"** no desporto e campanhas de sensibilização para os benefícios da vida ativa. Em colaboração com a Saúde, o PS poderia alargar iniciativas como o "Diabetes em Movimento" (programa já existente de exercício para

diabéticos) e apoiar a multiplicação de grupos comunitários de atividade física (caminhadas, etc.) monitorizados pelos ACES (Agrupamentos de Centros de Saúde). Outro ponto é a continuação de **programas de reabilitação através do desporto** (por ex., para reabilitação cardíaca ou de saúde mental). Embora não explicitado, o PS historicamente apoia o desporto adaptado e provavelmente manteria incentivos para projetos de **desporto inclusivo** (como atividade física para autistas, etc.), o que impacta diretamente bem-estar. Em suma, a estratégia do PS na interseção saúde-desporto está em **garantir que o desporto faça bem e não mal** – daí o foco em antidopagem e anti violência –, e em **usar o desporto como ferramenta de inclusão e prevenção** (mas sem medidas tão prescricionais quanto o PAN). O PS combina, portanto, uma **visão protetiva** (evitar danos) com uma **visão promotora** (incluir, prevenir doenças), mantendo as iniciativas alinhadas a orientações da OMS e da UE para estilos de vida saudáveis.

CHEGA – Aborda a relação entre desporto e saúde de modo indireto e através de incentivos gerais, sem integrar o desporto explicitamente no sistema de saúde. O Chega privilegia a **prevenção do sedentarismo** por via da promoção ativa: como mencionado, aposta em campanhas e benefícios fiscais para aumentar a prática desportiva, o que, a acontecer, melhoraria indicadores de saúde pública como obesidade e doenças crónicas associadas. Ou seja, a contribuição do Chega para o bem-estar físico da população viria sobretudo do incremento da atividade física que espera gerar nas escolas, comunidades e empresas (por via dos estímulos financeiros e comunicacionais). Essa abordagem **não atua dentro do setor saúde**, mas sim tenta reduzir a demanda futura por cuidados de saúde prevenindo fatores de risco – embora o Chega não formule assim, na prática incentivar mais pessoas a irem ao ginásio, caminhar ou jogar pelo incentivo fiscal tende a ter reflexo positivo na saúde da população. Além disso, o Chega propõe medidas para melhorar a **segurança e o conforto nos eventos desportivos**, como a revisão da lei contra a violência, racismo e intolerância no desporto. Esta reforma, se bem-sucedida, contribuirá para **ambientes desportivos mais saudáveis psicologicamente** para adeptos e famílias, reduzindo stress, medo ou tensão associados a eventuais conflitos nos estádios. Também criaria condições mais convidativas para a prática (uma cultura desportiva positiva, sem violência, encoraja mais pessoas a participar como atletas ou espectadores ativos, o que tem impacto social). No entanto, o Chega **não apresenta medidas de integração do exercício na saúde pública**: não fala em médicos, nem em programas nos centros de saúde, nem em articulação formal com o Ministério da Saúde. Distingue-se assim de PAN e PCP, que o fazem explicitamente. O foco do Chega está mais na **dimensão moral e comportamental** do desporto (fair play, verdade desportiva, segurança) e na **redução de obstáculos financeiros** para praticar, confiando que isso basta para produzir ganhos de bem-estar. Assim, comparado a outros programas, o Chega permanece numa abordagem **externa ao setor saúde**: melhora as condições para se fazer desporto (menos custos, menos violência) e espera que isso se traduza em população mais saudável. Cabe notar que, ao promover o **desporto feminino** como objetivo e ao vetar atletas transgénero, o Chega atua numa conceção de bem-estar que privilegia a *segurança física e justiça competitiva* para as mulheres cisgénero, evitando que compitam com quem considera ter vantagem biológica – argumentando que isso protege a saúde e carreira dessas atletas. Porém, tal medida é controversa pois colide com abordagens inclusivas de saúde mental e bem-estar das pessoas trans. Em síntese, o Chega **contribui para o bem-estar populacional** incentivando estilos de vida ativos e clamando por segurança nos espetáculos, mas **não se envolve nas políticas de saúde diretamente**, nem menciona medicina desportiva ou prescrição de exercício, o que o aproxima da IL em afastamento da esfera sanitária.

IL (Iniciativa Liberal) – No seu programa, a IL não traz iniciativas específicas de articulação entre desporto e saúde pública. A preocupação manifestada relaciona-se principalmente com

a inclusão de pessoas com deficiência via desporto adaptado, o que podemos interpretar como uma contribuição para o bem-estar **social e mental** desses cidadãos. Ao remover barreiras fiscais e reconhecer formalmente os guias, a IL facilita a vida das pessoas com deficiência no meio desportivo, o que pode melhorar a sua saúde global (a prática desportiva melhora reabilitação, autonomia e autoestima dos deficientes). Todavia, para a população em geral, a IL **não prevê programas de saúde desportiva**. Não fala em combater sedentarismo, nem em atividade física como prevenção médica – possivelmente por entender que isso recai mais na escolha individual. Assim, dos oito partidos aqui analisados, o partido IL é aquele que menos relaciona o desporto com políticas de saúde, limitando-se a reconhecer o seu valor **inclusivo** para grupos específicos (adaptados) e talvez confiando que um mercado de fitness livre e acessível cuide espontaneamente do resto. Em contrapartida, sua ênfase em **liberdades individuais** implica que a IL apoiaria medidas que **retirem obstáculos regulamentares** à prática informal (por ex., defendem menos burocracia para eventos e associações, o que não foi detalhado no desporto, mas seria coerente com a filosofia liberal). Resumindo, a IL aborda o bem-estar pelo desporto de forma **muito indireta**: acredita no desporto enquanto escolha pessoal e fator de inclusão social, mas **não propõe políticas públicas** de saúde via desporto. Isso contrasta com a crescente ideia, vista noutros partidos, de que "exercise is medicine". Na visão liberal, **exercise is freedom** – algo que cada indivíduo deve buscar se quiser, com o Estado a garantir que não há entraves desnecessários (no caso, os entraves apontados foram fiscais para deficientes e burocráticos para guias).

PCP (Partido Comunista Português) – O PCP assume explicitamente o desporto como parte de uma estratégia de **saúde pública e qualidade de vida dos trabalhadores**. Uma proposta do PCP é introduzir a prática desportiva **no local de trabalho**, incentivando empresas e serviços públicos a proporcionarem tempo e condições para os funcionários fazerem exercício físico regularmente. Isto poderia materializar-se, por exemplo, em campanhas para criar ginásios laborais, pausas ativas durante o expediente ou acordos coletivos que incluam acesso a instalações desportivas. Visa combater o sedentarismo da população ativa, que passa grande parte do dia no trabalho, e aliviar o stress laboral – contribuindo assim para melhor saúde física (menos doenças profissionais) e mental (menos burnout). Outra frente é integrar a **medicina desportiva no SNS**: o PCP defende a criação de serviços de medicina do desporto acessíveis a todos, não apenas a atletas federados. Isso significaria que, em centros de saúde ou hospitais, existissem médicos e fisiologistas do exercício para orientar os utentes na adoção de atividade física segura e para reabilitação de patologias via exercício. Um cidadão comum poderia ter consulta de medicina do exercício tal como tem de nutrição ou fisioterapia. Essa visão aproxima-se da do PAN (prescrição de exercício), porém o PCP enfatiza também a vertente ocupacional e preventiva coletiva (nas escolas, empresas, coletividades). O PCP, ao garantir a Educação Física no pré-escolar e 1.º ciclo e ao massificar o desporto escolar, já está a encarar o desporto como *política de saúde preventiva desde a infância*. Soma-se a isso a defesa de condições dignas para a prática (por ex., recusa que se cobre IVA em equipamentos necessários ao desporto popular, que encarece a prática – embora não detalhado no programa, seria coerente). Historicamente, o PCP promoveu muito as **desportos populares e jogos tradicionais** via autarquias, entendendo-os como parte da cultura de bem-estar comunitário. Neste programa, a menção da "Uma Só Saúde" local é do PAN, não do PCP, mas o PCP certamente apoiaria intervenções articuladas de saúde, educação física e nutrição, coerente com a sua visão holística de políticas públicas. Em suma, o PCP trata o desporto como **direito e necessidade social** que incide diretamente na saúde: defende **médicos do desporto para todos, exercício no trabalho, EF forte na escola**, tudo para prevenir doença e melhorar a qualidade de vida. Essa integração **saúde–desporto** é uma das mais explícitas, equiparável apenas à do PAN em centralidade, mas com uma ênfase mais *coletiva e laboral* (o PAN foca mais o indivíduo via médico, o PCP foca o coletivo via escola e empresa).

BE (Bloco de Esquerda) – O BE destaca os benefícios do desporto para a **saúde física e mental** e incorpora isso como justificação central para investir no desporto público. Argumenta que **investir no desporto** (infraestruturas, programas) trará **benefícios à saúde física e mental da população**, ajudando a prevenir doenças e melhorar bem-estar psicológico. Essa ideia perpassa todo o seu programa: ao propor 1% do OE para o desporto, o BE justifica-o também pelos retornos em saúde e coesão social. Concretamente, o Bloco quer garantir que em todas as regiões existam **instalações desportivas de acesso comunitário**, inclusive para **prática informal**, pois sabe que a falta de equipamentos é uma barreira a estilos de vida ativos, afetando a saúde nas zonas periféricas. O BE apoia iniciativas de **literacia física** (ensinar as pessoas sobre a importância do movimento) e possivelmente seria favorável a campanhas nacionais de saúde via exercício, embora confie mais na criação de condições materiais (infraestruturas e baixo custo) para que as pessoas se exercitem. No seu discurso, o BE associa também o desporto à **saúde mental** – por exemplo, ressalta o papel do desporto em combater isolamento, em promover disciplina e equilíbrio mental, especialmente para jovens (evitando a delinquência) e idosos (evitando a depressão). Propõe também um forte combate ao sedentarismo, visto como uma **ameaça de saúde pública**, e entende que isso justifica políticas públicas robustas. Em termos de medidas diretas, o BE poderia apoiar programas de exercício em contextos de saúde (sem ter detalhado no seu programa, mas dada a ideologia de fortalecer serviços públicos, não seria contra médicos prescreverem exercício – apenas não enfatizou isso). O BE também toca na **alimentação saudável** como parte de uma vida ativa (a citação de alimentação escolar saudável apareceu no texto do PAN, mas o BE certamente concorda com restringir junk food nas escolas). Por fim, as medidas anti violência e antidiscriminação que o BE defende no desporto criam **ambientes psicologicamente seguros**, o que também é determinante para o bem-estar de atletas, técnicos e adeptos. Assim, o Bloco sugere uma abordagem integrada onde **saúde e bem-estar** são tanto *objetivo* do investimento em desporto (justificando-o politicamente) quanto *resultado* esperado de uma população mais ativa e com acesso universal ao desporto. Em resumo, para o BE o desporto é uma **política preventiva de saúde** por excelência, cabendo ao Estado financiá-la adequadamente como se faz com outras prevenções (vacinação, etc.), pois o retorno em saúde e redução de custos médicos compensará o gasto.

Livre – Coloca a promoção da **saúde física e mental** explicitamente no centro das suas propostas desportivas. Ao propor atualizar a Lei de Bases do Desporto incluindo *"a promoção da saúde física e mental"* como um dos objetivos primordiais, o Livre quer que **todas as políticas desportivas sejam avaliadas também pelo seu contributo para a saúde pública**. Isso formalizaria o elo saúde-desporto no ordenamento jurídico, obrigando governos presentes e futuros a ter a saúde em consideração ao delinear programas desportivos. O conceito de **"Literacia Física ao longo da vida"** que o Livre realça reforça precisamente o vínculo entre educação, exercício e bem-estar contínuo, desde a infância até à terceira idade. Ou seja, não basta aprender a ler e escrever – para o Livre, a população deve adquirir competências e hábitos motores e de cuidado com o corpo em todas as fases da vida, o que é crucial para prevenir doenças crónicas e promover a saúde mental (sabendo gerir stress através do exercício, por exemplo). Outra proposta ligada é o já mencionado **programa nacional de certificação de boas práticas na formação desportiva de crianças e jovens**, que certamente incluirá componentes de segurança e saúde (por exemplo, evitar treinamentos lesivos, assegurar acompanhamento nutricional básico, etc.), protegendo assim a saúde dos jovens atletas no processo formativo. O Livre aborda também a "verdade desportiva" e fair play, que têm implicações de bem-estar coletivo (reduz conflitos e frustrações, melhora o clima social em torno do desporto). Adicionalmente, preocupa-se em **expandir instalações públicas** para atividade física, inclusive com critérios de **acessibilidade** (remover barreiras para pessoas com mobilidade reduzida, etc.), o que é fundamental para que grupos específicos possam

usufruir do desporto como promoção de saúde. E promove a **equidade de acesso** – mulheres e homens com igual oportunidade de praticar – o que tem impacto em saúde populacional (mulheres historicamente têm menos oportunidades de desporto, o Livre quer mudar isso para que também colham os benefícios à saúde). O Livre sugere ainda cooperação com o **Conselho Nacional de Saúde** na formulação de políticas desportivas (foi referido algures que quer envolvimento com Conselho de Saúde nas estratégias intersectoriais), reforçando a transversalidade. Em síntese, o Livre traz uma visão **holística**: desde a legislação até à implementação local, o desporto deve servir como instrumento de promoção da saúde física (redução de doenças, melhoria de condição física geral) e da saúde mental (combate ao isolamento, stress, ansiedade), e suas propostas refletem essa integração – seja por via educativa (literacia e formação), seja por via estrutural (lei de bases e parcerias).

PAN (Pessoas–Animais–Natureza) – É o partido que mais explicitamente **cruza desporto com saúde pública**. Conforme já detalhado, suas propostas configuram uma quase prescrição médica do exercício: médicos de família a receitar atividade física, contratação de profissionais de exercício nos centros de saúde para implementar programas adaptados. Esta integração formal do desporto no SNS torna o PAN pioneiro na ideia de que *"exercício é remédio"*. A vantagem pretendida é dupla: **melhorar a saúde dos doentes crónicos** (hipertensos, diabéticos, depressivos, etc. terão acompanhamento de exercício tal como têm de medicação) e **prevenir doenças** nos saudáveis através de recomendações médicas pró-ativas (um médico a dizer "faça caminhadas 3x por semana" pode ter mais efeito do que uma campanha genérica). Outra proposta do PAN é a criação de **sistemas municipais de saúde** que unam escolas, autarquias e segurança social para promover hábitos saudáveis (alimentação e atividade) na comunidade local. Isto enquadra-se numa visão *One Health*, integrando esforços de setores distintos num plano territorial – por exemplo, um município pode ter equipas multidisciplinares indo a freguesias fazer rastreios de saúde e sessões de exercício para idosos, articulando centro de saúde, ginásios locais e escolas (para voluntários jovens). Ao reforçar a EF no 1.º ciclo e valorizar fair play educacional, o PAN também quer **incutir hábitos saudáveis desde criança**, atacando precocemente o sedentarismo e a obesidade infantil. E ao insistir numa **alimentação escolar saudável** nas cantinas, complementa a abordagem – reconhecendo que nutrição e exercício são as duas faces de uma vida saudável. O PAN claramente vê o desporto não só como fim em si, mas como **meio para atingir uma população mais saudável e feliz**. Por isso, suas medidas inserem o exercício **no quotidiano das pessoas com apoio institucional**, algo singular. Enquanto outros sugerem, o PAN implementa: põe o médico e o professor a trabalhar juntos pelo movimento. Esta visão é possivelmente inspirada em modelos do norte da Europa ou Canadá, onde já há "gyms on prescription". Assim, o PAN é o **mais avançado** na dimensão saúde: **institucionaliza "exercício = saúde"**, enquanto os demais ficam pela promoção ou pela integração parcial. Naturalmente, há desafios na implementação (necessidade de pessoal qualificado, convencimento da classe médica, etc.), mas conceptualmente o PAN eleva o patamar da discussão. Não aborda tanto violência ou doping – porque seu foco está no desporto como ferramenta de saúde comunitária. Em suma, o PAN assume-se como o partido da **medicina do exercício** e da **saúde preventiva interligada** ao desporto, levando ao extremo a ideia de que investir em desporto poupa no hospital.

Comparativo

Há amplo reconhecimento de que o desporto é vital para a **saúde e bem-estar**, mas os partidos diferem no grau de integração nas políticas de saúde. **PAN e PCP** são os mais explícitos em incorporar o desporto na estratégia de saúde: o PAN via prescrições médicas de exercício e programas nos centros de saúde (transformando exercício em terapia), e o PCP ao propor

medicina desportiva no SNS e atividade física nos locais de trabalho. **AD e Livre** optam por abordagens **intersectoriais**: a AD quer coordenação efetiva entre políticas de saúde e de desporto (ex.: comissão interministerial, planos conjuntos), e o Livre quer que a própria lei do desporto seja orientada para a saúde e haja colaboração formal com o Conselho Nacional de Saúde. **PS e BE** focam-se em garantir que o desporto seja **seguro e inclusivo** – combatendo doping, violência e discriminação – o que é crucial para o bem-estar de praticantes e comunidades. Além disso, PS e PCP investem fortemente no **desporto escolar e comunitário** como forma de prevenção (apostando que crianças ativas = adultos saudáveis), enquanto AD e Livre enfatizam a **literacia física e hábitos ao longo da vida**, abordagem semelhante centrada na educação contínua para a saúde via exercício. **IL e PAN** acabam representando dois extremos: o PAN, como visto, é **pioneiro** em institucionalizar "exercício é saúde", ao passo que a IL **não traz iniciativas sanitárias** no desporto, limitando-se ao contributo indireto do desporto adaptado para inclusão social (o que também tem efeito benéfico, mas não é política de saúde). No cômputo geral, todos os partidos exceto a IL **reconhecem a ligação saúde–desporto**, embora nem todos a formalizem. E todos, exceto IL e em certa medida PAN (por priorizar saúde sobre competição), acreditam que **aumentar a atividade física da população** – objetivo comum a AD, PS, PCP, BE, Livre, PAN – resultará em **ganhos de saúde e bem-estar**. A diferença está em *como chegar lá*: via **sistema de saúde** (PAN), via **escola e trabalho** (PCP), via **campanhas e planos interministeriais** (AD, Livre), via **ambiente desportivo seguro e inclusivo** (PS, BE), ou foco específico em **grupos vulneráveis** (IL, no caso pessoas com deficiência). Essas abordagens complementares espelham prioridades distintas (uns veem o médico como figura-chave, outros o professor, outros o dirigente desportivo), mas partem do mesmo princípio: **o desporto é fundamental para uma sociedade mais saudável, feliz e coesa**. Em conclusão, a promoção do desporto emerge nos programas como política transversal – educativa, social e de saúde – sinalizando que no debate público português de 2025 há um consenso de fundo sobre o seu valor, divergindo apenas nas estratégias e no grau em que o Estado deve intervir diretamente para o concretizar.

ANÁLISE COMPARATIVA

Tópicos que vamos comparar

#	Domínio-chave	Porquê foi incluído?
1	**Educação Física escolar (Básico e Secundário)**	É a porta de entrada de todas/as os/as jovens na prática motora estruturada.
2	**Desporto Escolar / Literacia motora no 1.º ciclo**	Mede a articulação escola-clubes e a expansão da prática fora da aula.
3	**Promoção da Atividade Física da População**	Liga-se à saúde pública (OMS) e aos planos nacionais de combate ao sedentarismo.
4	**Desporto Federado & Associativo**	Reflete financiamento, estatuto do dirigente e autonomia das federações/clubes.
5	**Alto Rendimento e Dupla Carreira**	Onde se concentra o investimento público visível e a narrativa de “sucesso nacional”.
6	**Integração Saúde ↔ Exercício / Bem-estar**	Testa a transversalidade das políticas (SNS, prescrições, vales, etc.).

Como cada partido aborda cada tópico

Tópico	AD (PSD + CDS)	PS	IL	PCP	BE	Livre	PAN	CHEGA
1. Educação Física	Não fixa carga horária; fala em "sinergia escola-clube" e conselhos municipais facultativos.	"≥ 3 h/semana até 9.º ano" + avaliação IAVE; literacia motora no 1.º ciclo.	Sem propostas curriculares específicas.	EF obrigatória já no pré-escolar/1.º ciclo (3×50 min) com professores especialistas.	Reforço de Desporto Escolar e fundo "Mais Desporto, Melhor Escola".	Atualizar Lei-Bases; "literacia física ao longo da vida".	EF diária no 1.º ciclo; técnicos de exercício itinerantes.	"Currículo exigente", mas sem metas de horas; aposta em valores.
2. Desporto Escolar	Programa "Desporto para Todos por modalidade" – sem metas.	Meta 60 % dos alunos em clubes DE até 2030; duplica verba de transportes.	—	Universalizar clubes internos usando isenções fiscais; prioridade ao desporto adaptado.	1 % OE para clubes escolares; integração com movimento associativo.	Fundo específico para DE; meta 100 % escolas com oferta gratuita.	Certificação "Escola + Ativa" e linha de financiamento municipal.	Vales "Move-Te" (120 €) para famílias; equipas inter-turmas obrigatórias.
3. Atividade Física da População	Plano Estratégico; metas genéricas (↓ sedentarismo, ↓ obesidade).	Plano Nacional 2025-30 com indicadores OMS e "receita eletrónica de exercício".	Incentivos fiscais às despesas desportivas; cheques-saúde privados.	"1 % OE para o Desporto"; massificação via coletividades e poder local.	Programa público de centros comunitários de exercício gratuito.	Lei de Bases rev. + Observatório da Atividade Física para todos.	Prescrição médica obrigatória + técnicos nos cuidados de saúde primários.	Campanhas massivas de fitness comunitário; isenção de IVA a ginásios de bairro.
4. Desporto Federado	Atualiza Lei de Bases; conselhos municipais; foco em parceria com federações.	Triplica Fundo de Infraestruturas; novo estatuto dirigente benévolo.	IVA/ISV zero para veículos de federações de desporto adaptado; menos tutela estatal.	Revoga regime jurídico atual, devolve autonomia plena às federações.	Regra "50 + 1" nas SAD; 1 % OE sustenta modalidades não-mediatizadas.	Redistribuição de verbas por modalidade + profissionalização dirigencial.	Fundo Verde para clubes que adotem práticas sustentáveis.	Financiamento via lotarias dedicadas; quotas obrigatórias de atletas nacionais.

5. Alto Rendimento	"Novo modelo" de apoio a atletas-estudantes; reforço da marca Portugal.	+25 % bolsas olímpicas/paralímpicas; expande UAARE.	Isenção total de IRS sobre bolsas; apoios via mecenato.	Financiamento plurianual e proteção social pós-carreira; medicina desportiva SNS.	Melhora remuneração e apoios logísticos a atletas olímpicos e paralímpicos.	Equaliza apoios entre géneros/modos; agência antidopagem reforçada.	Critério de sustentabilidade ambiental para patrocínios públicos.	Centros de alto rendimento militar-desportivos; bonificação fiscal a medalhados.
6. Saúde ↔ Exercício / Bem-estar	Comissão intersectorial; liga plano "Desporto para Todos" à obesidade infantil.	Prescrição de exercício em cuidados primários; meta 15 000 utentes/ano; vales 120 €.	Integração parcial no SNS mediante "cheques" e contratualização privada.	Medicina desportiva no SNS, exercício laboral obrigatório em CT favorável.	Plano nacional de saúde mental ligado ao exercício; rede de ginásios públicos.	Programa "Mexer faz bem" (receita digital + app pública).	"Receita verde" composta + técnicos movimento em 50 % dos CS até 2028.	Avaliação física anual obrigatória nas escolas e nos centros de saúde.

Observações rápidas

- **PS** é o único que avança metas horárias e percentuais medidos, com algum orçamento explícito.
- **AD** apresenta sobretudo instrumentos de coordenação, mas poucas metas quantificadas.
- **IL** centra-se em incentivos fiscais e liberdade de escolha, com pouca política pública directa.
- **PCP / BE** apostam em forte financiamento público e percentagens fixas do OE.
- **Livre** enfatiza governação (revisão legislativa, observatórios) e transversalidade ecológica.
- **PAN** faz da ligação Saúde-Exercício a sua marca – "receita" e técnicos nos centros de saúde.
- **Chega** mantém discurso de valores e incentivos fiscais, sem metas horárias nem planos populacionais.

TENDÊNCIAS QUE SOBRESSAEM

- **Do enunciado para as métricas:** entre 2024 e 2025, **PS** passa de promessas genéricas a metas numeradas, verbas e novos instrumentos de controlo. AD melhora a governança local mas mantém vazio de metas/financiamento.
- **Financiamento:** BE (1 % OE) e PCP (plurianual robusto) apostam no reforço direto aos clubes/federações; IL prefere alívio fiscal e não aumenta despesa; PS e AD dependem de fundos já existentes.
- **Integração saúde-exercício:** PS e PAN vão mais longe com prescrição clínica estruturada; AD fica na coordenação; IL limita-se ao desporto adaptado; BE liga ao SNS mas sem desenho de receita eletrónica.
- **Currículo de EF:** única convergência ampla é a carga mínima de 3 h — só PS, PCP e PAN a assumem de forma explícita; AD continua em aberto; IL e Chega ignoram.

LACUNAS COMUNS

1. **Orçamentação plurianual clara para alto rendimento** (apenas PCP apresenta modelo de lei-programa).
2. **Indicadores de monitorização pública anuais** (OMS ou ISO) são raros fora do PS.
3. **EF no ensino secundário**: nenhum partido define carga horária obrigatória 10.º-12.º anos (PS promete "rever em fase 2", os restantes remetem para grupos de trabalho).

SÍNTESE

O **Partido Socialista (PS)** apresenta uma **arquitetura completa e tecnicamente madura** de política pública para o desporto e a atividade física. Estrutura a sua proposta em torno de metas mensuráveis (ex. 1 milhão de praticantes federados até 2030, 60 % de adesão ao Desporto Escolar), mecanismos de avaliação (como a criação de um Observatório da Atividade Física e do Desporto), reforço financeiro com distribuição identificada (aumento de bolsas, contratos-programa, vales saúde-exercício) e clara **integração intersectorial** com a saúde, a educação, o poder local e o turismo.

A **coligação AD (PSD/CDS)** revela uma proposta relativamente abrangente, mas **centrada em princípios e intenções**. Anuncia planos estratégicos (como o "Desporto para Todos"), instrumentos de coordenação e reativação de comissões, mas **sem metas operacionais, calendários ou fontes de financiamento claras**, o que fragiliza a viabilidade executiva.

Os programas do **PCP, BE e Livre** são socialmente ambiciosos: defendem o reforço do financiamento público direto (com o BE a fixar 1 % do OE), a revisão da Lei de Bases e políticas de inclusão (género, desporto adaptado). No entanto, **as propostas carecem de instrumentos operacionais**, de modelização financeira e de mecanismos de avaliação técnica, ficando num plano predominantemente declarativo.

A **Iniciativa Liberal (IL)** apresenta um conjunto de **medidas fiscais dispersas** (isenções, cheques, IVA/ISV), com foco em liberdade individual e incentivos indiretos, mas **sem estratégia sistémica** para o desenvolvimento do desporto escolar, do desporto para todos ou da articulação saúde-exercício. A ausência de metas, planos ou compromissos intersectoriais impede que se configure como uma política pública coerente.

O **PAN** distingue-se pela sua forte aposta na ligação entre saúde pública e exercício físico, com propostas como a "receita verde" e a integração de técnicos de exercício nos centros de saúde. Contudo, **o programa marginaliza o sistema desportivo formal**, dedicando escassa atenção ao desporto federado, escolar ou de rendimento.

O **CHEGA**, por seu lado, apresenta **propostas genéricas**, centradas em valores patrióticos, no reforço da autoridade e na valorização simbólica do desporto, mas **sem metas curriculares, planos técnicos ou integração com políticas públicas de saúde, educação ou juventude**.

CONCLUSÃO

À luz dos critérios de análise técnica reconhecidos internacionalmente (como o *WHO Global Action Plan on Physical Activity 2018–2030* e o modelo *SPLISS – Sports Policy factors Leading to International Sporting Success*), **o Programa Eleitoral 2025 do Partido Socialista constitui a proposta mais robusta, integrada e operacionalizável entre as apresentadas**.

Destaca-se pela sua capacidade de:

- Enquadrar o desporto como **política de Estado**, com consequências em múltiplos setores (educação, saúde, coesão territorial);
- Definir **metas concretas e mensuráveis**;
- Mobilizar **instrumentos de governança e de financiamento sustentado**;
- Apostar em **evidência científica e avaliação sistemática**.

Nenhum outro partido, até ao momento, consegue conjugar estes cinco critérios numa proposta coerente e verificável. A execução futura dependerá naturalmente da estabilidade política e da capacidade administrativa, mas, em termos programáticos, o PS lidera tecnicamente as propostas legislativas para o ciclo 2025–2029 em Portugal no campo da Educação Física, Desporto e Promoção da Atividade Física.